

**INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS
CURSO DE ESTADO-MAIOR CONJUNTO**

2020/2021



III

A IMPLEMENTAÇÃO DE EQUIPAS DE PESQUISA NA GNR

**O TEXTO CORRESPONDE A TRABALHO FEITO DURANTE A
FREQUÊNCIA DO CURSO NO IUM SENDO DA RESPONSABILIDADE DO
SEU AUTOR, NÃO CONSTITUINDO ASSIM DOCTRINA OFICIAL DAS
FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS OU DA GUARDA NACIONAL
REPUBLICANA.**

**José Manuel Ferreira Lopes
MAJOR, INF GNR**



INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS
A IMPLEMENTAÇÃO DE EQUIPAS DE PESQUISA NA
GNR

MAJOR, INF GNR José Manuel Ferreira Lopes

Trabalho de Investigação Individual do CEMC 2020/2021

Pedrouços 2021



INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS
A IMPLEMENTAÇÃO DE EQUIPAS DE PESQUISA NA
GNR

MAJOR, INF GNR José Manuel Ferreira Lopes

Trabalho de Investigação Individual do CEMC 2020/2021

Orientador: TENENTE-CORONEL, INF GNR Duarte da Graça

Coorientador: MAJOR ENGAED, Jesus Fernandes

Pedrouços 2021



Declaração de compromisso Antiplágio

Eu, **José Manuel Ferreira Lopes**, declaro por minha honra que o documento intitulado “**A implementação de equipas de pesquisa na GNR**” corresponde ao resultado da investigação por mim desenvolvida, enquanto auditor do **Curso de Estado Maior Conjunto 2020/2021** no Instituto Universitário Militar, e que é um trabalho original, em que todos os contributos estão corretamente identificados em citações e nas respetivas referências bibliográficas.

Tenho consciência que a utilização de elementos alheios não identificados constitui grave falta ética, moral, legal e disciplinar.

Pedrouços, **12 de maio de 2021**



Agradecimentos

Gostaria de deixar um agradecimento especial ao Tenente-coronel Duarte da Graça, ilustre Oficial da GNR, pelo esforço e dedicação despendidos na orientação do presente trabalho. O profundo conhecimento que possuí sobre a área de informações, refletiram-se na forma precisa e assertiva como apresentou os seus contributos, principalmente nos momentos de dúvida sobre qual o percurso a seguir no desenvolvimento do trabalho. Destacar ainda, a enorme disponibilidade, bem como a confiança e tranquilidade que sempre procurou transmitir, o que permitiu, não só alcançar o fim desejado, mas acima de tudo, adquirir inestimável conhecimento sobre a temática em estudo.

Uma palavra de apreço, ao Major Jesus Fernandes, pelo apoio e preciosos esclarecimentos prestados, que em muito facilitaram a concretização deste trabalho.

Um especial agradecimento, a todos os Oficiais de Informações dos Comandos Territoriais da GNR entrevistados, pela disponibilidade e vontade demonstrada em contribuir para o estudo desenvolvido, que para além de garantir o substrato principal para a investigação desenvolvida, constituíram-se como um acréscimo na motivação para a realização do mesmo, pela noção transmitida, de que o assunto em estudo é atual e de crucial importância para a futuro da atividade operacional desenvolvida diariamente pela GNR.

Ao Coronel José Moisés, ilustre Diretor da Direção de Informações da GNR, o meu profundo agradecimento, pela pronta disponibilidade demonstrada em contribuir para a realização do presente trabalho, por intermédio de entrevista, cujo resultado, se revelou crucial e uma enorme mais-valia para o mesmo.

Ao Major Pablo Barceló e Major David Hurtado, ilustres Oficiais da *Guardia Civil* espanhola, desde logo pela disponibilidade demonstrada em colaborar na elaboração deste trabalho, mas acima de tudo, pela vontade de esclarecer e informar, apesar das limitações impostas por imperativos legais.

Por fim, o meu maior agradecimento, não podia deixar de ser à minha família, pela paciência e teimosia em apoiar-me nos meus projetos, bem como, pela compreensão perante todo o tempo de qualidade de que os privei. Sem o Vosso apoio incondicional, não teria sido possível...!

A todos, um grande e sincero Bem Haja...!!!



Índice

1. Introdução	1
2. Enquadramento concetual e metodologia	3
2.1 Revisão da literatura	3
2.2 Enquadramento legal	5
2.3 Base concetual	7
2.4 Metodologia	11
2.4.1. Percurso metodológico	11
2.4.2. Modelo de análise	12
3. Estrutura das informações na GNR	14
3.1 Ao nível Operacional	14
3.2 Ao nível Tático	15
3.3 A pesquisa HUMINT na GNR	17
3.4 Síntese conclusiva.....	18
4. As Informações na <i>Guardia Civil</i>	19
4.1 Breve apresentação da estrutura de informações da <i>Guardia Civil</i>	19
4.2 A pesquisa HUMINT no dispositivo territorial da <i>Guardia Civil</i>	23
4.3 Síntese conclusiva.....	24
5. Apresentação e análise dos resultados	26
5.1 Entrevistas aos Oficiais de Informações (nível tático)	26
5.2 Entrevista ao Diretor da DI/CO/GNR (nível operacional)	34
5.3 Síntese conclusiva.....	35
6. Conclusões	38
Referências bibliográficas	41

Índice de Anexos

Anexo A – Organograma da <i>Guardia Civil</i>	Anx A-1
---	---------

Índice de Apêndices

Apêndice A – Modelo de análise.....	Apd A-1
Apêndice B – Guião de entrevista Chefes SIIC/CTer	Apd B-1



Apêndice C – Guião de entrevista Oficiais <i>Guardia Civil</i>	Apd C-1
Apêndice D – Guião de entrevista Diretor DI/CO/GNR.....	Apd D-1
Apêndice E – Painel de entrevistados.....	Apd E-1
Apêndice F – Codificação e segmentos de resposta identificados	Apd F-1
Apêndice G – Ideias chave de resposta por entrevistado	Apd G-1

Índice de Figuras

Figura 1 – Pirâmide do conhecimento	8
Figura 2 – CPI NATO	9
Figura 3 – Estrutura orgânica da DI/CO/GNR	14
Figura 4 – Estrutura orgânica da SIIC/CTer Tipo I.....	16
Figura 5 – Mapa de <i>Zonas</i> da GC.....	21
Figura 6 – Mapa das <i>Comandancias</i> da GC	22

Índice de Quadros

Quadro 1 – Síntese da estrutura de informações da GNR	18
Quadro 2 – Síntese da estrutura de informações da GC	25
Quadro 3 – Análise questão n.º 1	27
Quadro 4 – Análise questão n.º 2	28
Quadro 5 – Análise questão n.º 3	30
Quadro 6 – Análise questão n.º 4	31
Quadro 7 – Análise questão n.º 5	32
Quadro 8 – Modelo para implementação de equipas de pesquisa HUMINT nos CTer	37
Quadro 9 – Modelo de análise.....	Apd A-1
Quadro 10 – Painel de entrevistados	Apd E-1
Quadro 11 – Codificação e segmentos de resposta	Apd F-1
Quadro 12 – Ideias chave de resposta e segmento de resposta identificado	Apd G-1



Resumo

O presente trabalho, analisa a importância da criação de equipas de pesquisa HUMINT ao nível do dispositivo Territorial da Guarda Nacional Republicana (GNR), para a melhoria do respetivo processo de produção de informações, sendo esse o objeto de estudo da presente investigação.

Como desenho de pesquisa, utilizou-se o estudo de caso, cujo objetivo geral é propor um modelo para implementação de equipas de pesquisa HUMINT, ao nível do dispositivo territorial da GNR, em Portugal continental.

O percurso metodológico centra-se numa estratégia de investigação qualitativa, recorrendo-se para o efeito, a técnicas de recolha documentais, com base na documentação doutrinária, bem como ao acervo legislativo vigente, referente ao objeto de estudo. Recorreu-se ainda a técnicas de recolha não documentais, com a realização de entrevistas semiestruturadas, a entidades com experiência na área de informações, nomeadamente, aos Oficiais de Informações dos Comandos Territoriais (CTer) da GNR, ao Exmo. Sr. Diretor da Direção de Informações, do Comando Operacional da GNR, bem como a dois Oficiais da *Guardia Civil* espanhola.

Como resultado da investigação desenvolvida, é proposto um modelo para implementação de equipas de pesquisa HUMINT, segundo o qual, a estrutura de informações nos CTer, atualmente na dependência das SIIC, é transferida para a área de operações, onde se pretende criar uma estrutura dedicada em exclusivo à atividade de informações, que contemple efetivo especializado na pesquisa HUMINT, um pouco à semelhança do que é feito ao nível tático, na *Guardia Civil*.

Palavras-chave:

Informações; Pesquisa; HUMINT; GNR; Estrutura, Comandos Territoriais.



Abstract

The present work analyzes the importance of creating HUMINT collection teams at the level of the Republican National Guard (GNR) Territorial structure, for the improvement of the respective intelligence production process, which is the object of study of the present investigation.

As a research design, the case study will be used, whose general objective is to propose a model for the implementation of HUMINT collection teams, at the level of the GNR territorial structure, in mainland Portugal.

The methodological path is centered on a qualitative research strategy, using documentary collection techniques for this purpose, based on doctrinal documentation, as well as the current legislative collection, referring to the object of investigation. Non-documentary collection techniques will also be used, with semi-structured interviews, to entities with experience in the intelligence area, namely, the Intelligence Officers of the GNR Territorial Commands (CTer), the Director of the Information Directorate, of the GNR Operational Command, as well as two officers of the Spanish Guardia Civil.

As a result of the research carried out, a model for the implementation of HUMINT collection teams is proposed, according to which the information structure in the CTer, currently under the SIIC, is transferred to the operations area, where the intention is to create a dedicated structure exclusively for the intelligence activity, which includes staff specialized in HUMINT collection, somewhat similar to what is done at the tactical level, at the Guardia Civil.

Keywords:



Intelligence; Collection; HUMINT; GNR; Structure; Territorial Commands.



Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos

Abreviatura	Designação
A	
ACINT	<i>Acoustic Intelligence</i>
C	
CCIR	<i>Commander's Critical Information Requirements</i>
CI	Comunidade de Informações
CIA	<i>Central Intelligence Agency</i>
CITCO	<i>Centro de Inteligencia contra el Terrorismo y el Crimen Organizado</i>
CO	Comando Operacional
COMINT	<i>Communications Intelligence</i>
COP	<i>Common Operational Picture</i>
CPI	Ciclo de Produção de Informações
CTer	Comando Territorial
D	
DI	Direção de Informações
DR	Diário da República
DTer	Destacamento Territorial
E	
EEI	Elementos Essenciais de Informação
EI	Equipas de Inquéritos
ELINT	<i>Electronic intelligence</i>
F	
FFSS	Forças e Serviços de Segurança
FS	Força de Segurança
G	
GC	<i>Guardia Civil</i>
GIC	<i>Grupo de Información de Comandancia</i>
GNR	Guarda Nacional Republicana
H	
HUMINT	<i>Human Intelligence</i>
I	
IC	Investigação criminal
IMINT	<i>Imagery Intelligence</i>



ILP	<i>Intelligence-led policing</i>
IRM&CM	<i>Intelligence Requirements Management and Collection Management</i>
L	
LOGNR	Lei Orgânica da GNR
M	
MASINT	<i>Measurement and Signature Intelligence</i>
N	
NAIC	Núcleo de Análise de Informação Criminal
NAIIC	Núcleo de Análise de Informações e Informação Criminal
NAO	Núcleo de Apoio Operativo
NATO	<i>North Atlantic Treaty Organization</i>
NIAVE	Núcleo de Investigação e de Apoio a Vítimas Específicas
NIC	Núcleo de Investigação Criminal
O	
OG	Ordem à Guarda
OSCD	Órgão Superior de Comando e Direção
OSINT	<i>Open Source Intelligence</i>
P	
PCCCOFSS	Plano de Coordenação, Controlo e Comando Operacional das Forças e Serviços de Segurança
PO	Patrulha às ocorrências
PSP	Polícia de Segurança Pública
PTer	Posto Territorial
PUC-CPI	Ponto Único de Contacto para a Cooperação Policial Internacional
R	
RGSGNR	Regulamento Geral do Serviço da GNR
S	
SEPRONA	<i>Servicio de Protección de la Naturaleza</i>
SPC	Secção de Policiamento Comunitário
SI	Serviço de Informações
SIC	Secção de Investigação Criminal
SICO	Sistema Integrado de Gestão Operacional
SIED	Serviço de Informações Estratégicas de Defesa
SIGAOp	Sistemas de Informação de Gestão Operacional
SIGC	<i>Servicio de Información de la Guardia Civil</i>



SIGINT	<i>Signals Intelligence</i>
SIIC	Secção de Informações e de Investigação Criminal
SIIOP	Sistema Integrado de Informações Operacionais
SINVES	<i>Sistema de Investigación</i>
SIR	<i>Security Intelligence Requirments</i>
SIRP	Sistema de Informações da República Portuguesa
SIS	Serviço de Informações de Segurança
SIZ	<i>Secciones de Información de Zona</i>
SOITRP	Secção de Operações, Informações, Treino e Relações Públicas
SOTRP	Secção de Operações, Treino e Relações Públicas
T	
TO	Teatro de Operações
U	
UCAT	Unidade de Coordenação Antiterrorismo
UOPJ	<i>Unidad Orgánica de Policía Judicial</i>
Z	
ZA	Zona de ação



1. Introdução

Debatida por diversas vezes a possibilidade de existir uma estrutura de pesquisa de informação em toda a área de responsabilidade da GNR, assente na vertente HUMINT, constituída por elementos com formação específica e atuando de forma coordenada, importa analisar a necessidade, a consequente mais-valia e o modelo de implementação destas equipas.

O presente trabalho, pretende analisar a importância da criação de equipas de pesquisa HUMINT ao nível do dispositivo Territorial, para a melhoria do processo de produção de informações na GNR, sendo esse o objeto de estudo.

Como objetivo final, pretende-se apresentar uma proposta de modelo para implementação de equipas de pesquisa HUMINT, ao nível do dispositivo territorial da GNR, caso tal se venha a afigurar uma mais-valia para a atividade de informações desenvolvida pela GNR, ponderadas vantagens e desvantagens, principalmente perante a conjuntura atual, em que os recursos são predominantemente escassos.

Atento ao objeto de estudo definido, a investigação será delimitada ao nível do tempo, espaço e conteúdo (Santos & Lima, 2019, p. 42).

Em termos temporais, será considerado o período após 2007, data em que a GNR foi sujeita a uma grande reestruturação, resultante da publicação de uma nova Lei Orgânica (LOGNR)¹, que teve grande impacto na organização de todo o serviço realizado pela GNR, no qual se inclui o serviço de informações.

Em termos espaciais, a investigação cingir-se-á ao dispositivo territorial da GNR, com implementação em Portugal continental.

Quanto ao conteúdo, a investigação irá focar a pesquisa de informação, na sua vertente HUMINT, realizada pelas Unidades Territoriais da GNR.

O objetivo geral (OG) deste estudo, é propor um modelo para implementação de equipas de pesquisa HUMINT, ao nível do dispositivo territorial da GNR.

No seguimento do OG, e no sentido de facilitar o seu cumprimento, foram formulados os seguintes objetivos específicos (OE), com propósitos intercalares:

-OE1: Identificar o modelo de pesquisa HUMINT implementado na *Guardia Civil* (GC), ao nível do seu dispositivo territorial;

-OE2: Identificar ações desenvolvidas pelas Unidades Territoriais da GNR, enquadráveis como pesquisa HUMINT;

¹ Lei n.º 63/2007, de 6 de novembro



-OE3: Analisar a pertinência na implementação de equipas especializadas em HUMINT, nas Unidades Territoriais da GNR;

-OE4: Formular diferentes modalidades de ação, para implementação de equipas de pesquisa HUMINT, nas Unidades Territoriais da GNR.

No sentido de orientar a recolha de informação, foram definidas questões iniciais (Santos & Lima, 2019, p. 55), tendo resultado como questão central (QC), a seguinte: Que modelo adotar na implementação de equipas de pesquisa HUMINT, pelas Unidades Territoriais da GNR?

Na sequência da QC, foram definidas questões derivadas (QD), que se constituem como elemento orientador da investigação a realizar:

-QD1: Qual o modelo de pesquisa HUMINT implementado pela GC, ao nível do seu dispositivo territorial?

-QD2: Que ações no âmbito da atividade operacional realizada pelas Unidades Territoriais da GNR, se enquadram como pesquisa HUMINT?

-QD3: Qual a pertinência na implementação de equipas de pesquisa HUMINT, nas Unidades Territoriais da GNR?

-QD4: Que modalidades de ação poderão ser consideradas, para implementação de equipas de pesquisa HUMINT, nas Unidades Territoriais da GNR?

Relativamente à estrutura, o presente trabalho é composto por seis capítulos. No primeiro capítulo é feita a introdução ao tema em estudo. O segundo capítulo é dedicado ao enquadramento conceptual e à metodologia aplicada na investigação. No terceiro capítulo é feita uma breve apresentação da estrutura de informações na GNR, ao nível operacional e tático. O quarto capítulo, apresenta a estrutura de informações da GC, focando o modelo de pesquisa HUMINT implementado pelo dispositivo territorial. No quinto capítulo, é apresentado o resultado da investigação e feita a sua análise, seguido de um capítulo final, onde são tecidas as conclusões do presente trabalho.



2. Enquadramento concetual e metodologia

Neste capítulo, procede-se ao enquadramento conceptual do tema, com destaque para o enquadramento legal da atividade de informações desenvolvida em Portugal pelas Forças e Serviços de Segurança (FFSS). Apresenta-se ainda a metodologia utilizada no decorrer da investigação.

2.1 Revisão da literatura

Ao nível nacional, as informações são diferenciadas com base em diversos critérios e classificações possíveis (Gouveia, 2018, p. 700). As de primeira ordem, são as informações estratégicas, também designadas por informações de Estado, exclusivamente produzidas no âmbito do Sistema de Informações da República Portuguesa (SIRP), e que têm como objetivo “assessorar o processo decisório de mais alto escalão, de maneira a dotar o tomador de decisão com informações na sua maioria de carácter estratégico na defesa do Estado e da sociedade contra ameaças reais ou potenciais” (Gouveia, 2018, p. 701). Nesta linha, Bacelar Gouveia (2018, p. 701) refere que as restantes categorias de informações, não são de desconsiderar, pois “não sendo estratégicas ou de Estado, servem um propósito de auxílio à decisão que deva ser tomada pelos órgãos públicos”, destacando-se seguidamente, aquelas que se entendem por mais significativas e com ligação ao SIRP:

- Informações militares: que servem de apoio às operações militares e que são relativas à segurança das próprias instalações militares;

- Informações policiais: que auxiliam a atividade policial no âmbito das suas operações de segurança interna;

- Informações criminais: que representam o conhecimento que os órgãos de polícia criminal obtêm, decorrente da investigação criminal que realizam no processo criminal.

Independentemente de critérios ou classificações, são funções de informações, essencialmente, alertar sobre ameaças futuras, providenciar conhecimento especializado sobre um assunto específico e apoiar as políticas públicas de segurança (George, 2008), interessando no contexto do presente trabalho, versar especialmente sobre a importância desta última.

A função de polícia, cujo conceito moderno, remonta à definição dada por Marcello Caetano (1980)², assenta “na ação preventiva [...], a qual se traduz em operações materiais de vigilância, visíveis no patrulhamento da via pública, por agentes policiais fardados”

² “[...] modo de atuar da autoridade administrativa que consiste em intervir no exercício das atividades individuais suscetíveis de fazer perigar interesses gerais, tendo por objeto evitar que se produzam, ampliem ou generalizem os danos sociais que as leis procuram prevenir” (Caetano, 1980, p. 1150).



(Clemente, 2010, p. 147). Constata-se, no entanto, que a diminuição do índice de criminalidade, “depende mais da eficácia da ação policial guiada pelas informações, e menos da quantidade de patrulhas em giro aleatório na via pública” (Clemente, 2010, p. 156).

Também Armando Alves (2012, p. 93), vem referir que “a necessidade de antecipar os perigos que atentam à segurança de um qualquer ambiente, exige a recolha de dados e notícias, que possam antever e expor as ameaças latentes, [...] acrescentando uma capacidade preditiva”, sendo essa a função basilar de qualquer serviço de informações e justificação para a sua existência, no seio das forças policiais.

A reforçar a importância das informações no seio policial, Clemente (2010, p. 159) sublinha que a “recolha e processamento de notícias com interesse para a missão policial permitem avaliar riscos específicos e orientar a ação operacional.” O conhecimento de intenções ou factos, favorece a tomada de decisão e a adoção de medidas eficazes, como o reforço do patrulhamento em determinados locais, horas do dia ou dias da semana, o que é especialmente relevante, tendo em consideração que os recursos, são por definição escassos.

Isto leva-nos a realçar o conceito de policiamento orientado pelas informações, conhecido internacionalmente por *intelligence-led policing* (ILP), que surgiu pela primeira vez no Reino Unido, nos anos 90 do século passado. Constitui-se como um modelo moderno e pró-ativo de atuação policial e uma alternativa realista às formas tradicionalmente reativas de policiamento. Combina a recolha e análise de informação, cujo produto favorece o processo de decisão, que é por essa via, melhorado, informado e baseado em evidências, o que permite dirigir o esforço de patrulhamento, de forma mais eficiente e eficaz (OSCE, 2017, pp. 4-6). O modelo não só fornece uma nova abordagem para identificar e planear medidas de combate à ameaça crescente do crime transnacional, tais como o crime organizado e o terrorismo, como pode ser aplicado numa base diária, decorrente de um planeamento e gestão proativa do policiamento. Em tempos de austeridade e cortes orçamentais, em que o lema é fazer mais com menos, o ILP fornece à gestão do serviço desenvolvido pelas forças policiais, métodos e ferramentas para identificar prioridades com base nas informações e assim alocar recursos de forma adequada (OSCE, 2017, pp. 5-6).

No caso particular do terrorismo, e em ordem a prevenir esse tipo de ataques, a comunidade de informações (CI)³ de cada país esforça-se para reunir informações sobre ameaças à segurança. Embora tanto a polícia, como os Serviços de Informações (SI) tenham

³ Inclui os SI, FFSS, bem como outras entidades que de alguma forma trabalhem com informações, para um órgão de tomada de decisão (Esparza & Bruneau, 2019).



a tarefa de proteger o Estado, os cidadãos e o património, muitas vezes falham em colaborar na prossecução desses objetivos, sendo necessário colmatar essa falha, a fim de garantir a segurança (Esparza & Bruneau, 2019, p. 323).

Jean-Paul Brodeur (cit. por Esparza & Bruneau, 2019, p. 324), destaca neste âmbito, o que ele define como “*high and low policing*”. A *high policing* procura reunir informação tendo como fim, a segurança nacional e a proteção do aparelho do Estado, enquanto a *low policing* está orientada para a obtenção de prova em sede de processos criminais que investiga, visando a proteção dos cidadãos e do património.

Forças como a GNR, em que existe uma estrutura centralizada dedicada à atividade de informações, com recursos específicos e especializados, devem ir além do uso das informações como forma de fazer prova contra o crime, abraçando o fim da segurança nacional, integrando em pleno, a CI (Esparza & Bruneau, 2019, pp. 324-325).

2.2 Enquadramento legal

Como referido, a GNR integra a CI, contribuindo para a *high policing*, desiderato esse, que não decorre de um entendimento ou vontade institucional, antes de previsão legal.

Tal é evidenciado pelo próprio Conselho de Fiscalização do SIRP⁴, que no âmbito das suas competências, no seguimento de um parecer que emitiu em 22 de maio de 2019, sobre o funcionamento do SIRP, alerta “para a necessidade de estreita colaboração interna entre a atuação policial, a investigação criminal e os [SI]” (CFSIRP, 2019, p. 10), lembrando ainda “que o quadro normativo do SIRP dedica expressa menção à partilha de informações dos [SI] com as entidades policiais” (CFSIRP, 2019, pp. 10, 27).

O mesmo se verifica, pela referência às Forças de Segurança (FS) na atual legislação enquadrante do SIRP. O Conselho Superior de Informações, órgão interministerial de consulta e coordenação em matéria de informações, presidido pelo Primeiro-Ministro, é definido no artigo 18.º da Lei-Quadro do SIRP⁵, destacando-se o facto de que na sua composição, integra o Ministro da Administração Interna, que por sua vez, representa as FS naquele órgão.

No artigo 15.º da Lei Orgânica do SIRP⁶, é estabelecido o conselho consultivo, enquanto órgão de consulta do Primeiro-Ministro, com a faculdade de delegação no Secretário-Geral, o qual têm constituições distintas, tendo em conta as atribuições específicas do Serviço de Informações Estratégicas de Defesa (SIED) e do Serviço de

⁴ Cfr. artigo 8.º, Lei n.º 30/84, na versão mais recente, dada pela Lei n.º 4/2014, de 13 de agosto

⁵ Ibidem

⁶ Lei n.º 9/2007, de 19 de fevereiro, na versão mais recente, dada pela Lei n.º 50/2014, de 13 de agosto



Informações de Segurança (SIS). Da composição do conselho consultivo do SIRP, no âmbito do SIS, faz parte o Comandante-geral da GNR e o Diretor Nacional da PSP⁷.

Com referência às FS, destaca-se ainda o artigo 16.º da Lei Orgânica do SIRP, que vem definir as competências do conselho consultivo do SIRP, em particular, o previsto na sua alínea a), relativamente à competência de aconselhar o Secretário-Geral “na tomada de decisões relativas ao exercício das suas competências, nomeadamente quanto à articulação do SIRP com as [FFSS]”.

Também a Lei de Segurança Interna (LSI)⁸, que no artigo 6.º, n.º 2, no âmbito da coordenação e cooperação das FFSS, define que estes devem cooperar entre si “através da comunicação de informações que, não interessando apenas à prossecução dos objetivos específicos de cada um deles, sejam necessárias à realização das finalidades de outros, salvaguardando os regimes legais do segredo de justiça e do segredo de Estado.”

O mesmo diploma identifica ainda a Unidade de Coordenação Antiterrorismo (UCAT)⁹ e Ponto Único de Contacto para a Cooperação Policial Internacional (PUC-CPI)¹⁰, respetivamente, como “órgão de coordenação e partilha de informações” e centro operacional para o “intercâmbio internacional de informações”, integrando ambos, representantes das FFSS.

Também o Plano de Coordenação, Controlo e Comando Operacional das Forças e Serviços de Segurança (PCCCOFSS), aprovado por deliberação do Conselho de Ministros n.º 140/2010, de 25 de março, prevê a atividade de informações no âmbito da segurança interna, na qual as FFSS exercem atividade de informações no âmbito das suas competências legais, nas respetivas áreas de responsabilidade territorial, considerando-as fonte essencial dos SI a nível nacional. Atribui ainda especial dever de colaboração das FFSS, com o SIS, a quem devem comunicar informação de relevo que venham a ter conhecimento, nomeadamente em áreas específicas como o terrorismo, que pela sua natureza, possam fazer perigar o normal funcionamento do Estado de direito, devendo colaborar ainda na avaliação dos graus de ameaça contra pessoas, instalações e eventos.

Relativamente a legislação de aplicação exclusiva à GNR, destaca-se o Decreto Regulamentar n.º 19/2008, de 27 de novembro e o Despacho n.º 1292/2020, do General Comandante-Geral da GNR, de 13 de janeiro, que definem a atividade de informações ao

⁷ Cfr. alínea a), n.º 3, do art.º 15.º, Lei Orgânica do SIRP

⁸ Lei n.º 53/2008, de 29 de agosto, na sua versão mais recente, dada pela Lei n.º 21/2019, de 25 de fevereiro

⁹ Cfr. art.º 23.º, Lei n.º 53/2008, de 29 de agosto

¹⁰ Ibidem, art.º 23.º-A



nível Operacional, considerando as atribuições da DI, cuja estrutura será melhor apresentada no capítulo 3.

2.3 Base concetual

As informações (*Intelligence*) têm sido utilizadas de forma transversal, como resultado de uma “atividade desenvolvida por organizações, instituições ou empresas, transformando-se num instrumento importante para apoiar no processo de tomada de decisão e para a definição de estratégias” a seguir (Santos P. , 2019, p. 37).

Torna-se importante, no entanto, clarificar qual o entendimento sobre o conceito, pois “a definição de *Intelligence* [informações] é ainda hoje objeto de problematização entre os especialistas no meio académico e nos [SI], pelo facto de o termo se referir tanto à organização, como ao processo e ao produto” (Graça P. , 2009, p. 14).

A trilogia acima referida (organização-processo-produto), remonta à década de 40 do século passado, quando Sherman Kent, professor de história da universidade de Yale, nos EUA, que durante o período da 2.^a Guerra Mundial e Guerra Fria, serviu na *Central Intelligence Agency* (CIA), por muitos descrito como o pai da análise de informações (Wikipédia, 2021), publicou o *Strategic intelligence for American world policy*, através do qual sistematizou as informações segundo três vetores: o conhecimento, a organização e a atividade (1965).

Kent refere que “*Intelligence means knowledge. If it cannot be stretched to mean all knowledge, at least it means an amazing bulk and assortment of knowledge*” (1965, p. 3). O conhecimento que Kent refere, está associado ao produto, enquanto resultado do processo de produção de informações, que têm como destinatário o decisor, aos diferentes níveis (Graça, 2021, p. 7).

Relativamente à organização, Kent refere que “*Intelligence is an institution; it is a physical organization of living people which pursues the special kind of knowledge as issue.*” (1965, p. 69). Aqui, enquadram-se as estruturas criadas para sustentar a atividade de informações, pois tal como destaca Armando Alves, “só um serviço dotado com recursos humanos e técnicos adequados, tem capacidade para produzir informações válidas e credíveis” (2012, pp. 93-94).

Por último, a referência feita por Kent à atividade: “[...] *the word intelligence is used not merely to designate the types of knowledge [...] and the organization to produce this knowledge, it is used as a synonym for the activity which the organization performs.*” (1965, p. 151). Aqui as informações são referenciadas como atividade ou processo, desenvolvidas

pela organização para a obtenção de conhecimento, assente no ciclo de produção de informações (CPI) (Graça, 2021, p. 7).

Importante também, a distinção entre informações e informação (Figura 1), uma vez que ao nível da doutrina nacional, estes dois termos são por vezes utilizados de forma indistinta. Tal já não acontece ao nível da doutrina NATO, por facilidade que a própria língua inglesa proporciona, “na medida em que a informação [*information*] são dados não processados referentes a uma determinada situação que podem ser usados na produção de informações [*Intelligence*]” (Sancha, Isidoro, Brito, Parreiras, & Silva, 2019, pp. 63-65).

Os dados, por sua vez, incluem “sinais detetados por um sensor, ou origem de qualquer tipo (humano, mecânico ou eletrónico), [podendo] haver a necessidade de serem trabalhados (alteração do seu formato) de forma a serem perceptíveis e lhes ser atribuído um significado.” (EME, 2009, pp. 1-4).



Figura 1 – Pirâmide do conhecimento

Fonte: Adaptado a partir de Silva (2019)

Para efeitos da presente investigação, segue-se a definição de informações (*Intelligence*), preconizada pela doutrina NATO, enquanto produto resultante da pesquisa e processamento de informação, sobre o ambiente, as capacidades e as intenções dos atores, de forma a identificar ameaças e oferecer oportunidades de exploração aos decisores (NATO, 2016a, pp. 3-1).

Relativamente ao CPI, este traduz-se, de acordo com a doutrina NATO (Figura 2), num processo composto por quatro fases: “*Direction, Collection, Processing e Dissemination*” (NATO, 2016a, pp. B-5). Esta constituição, encontra correspondência direta na doutrina militar portuguesa: Orientação do esforço de pesquisa; Pesquisa, Processamento e Disseminação (EME, 2009, pp. 3-1).

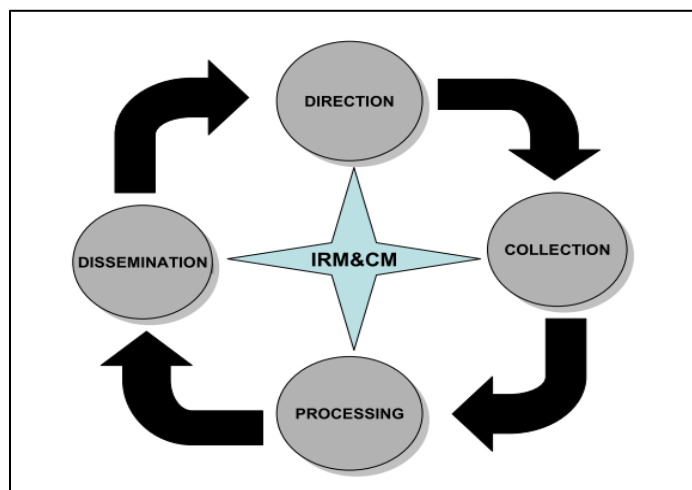


Figura 2 – CPI NATO

Fonte: NATO (2016a)

A primeira fase, ou seja, orientação do esforço de pesquisa (*Direction*) “consiste na priorização de requisitos, planeamento e alocação de recursos, acompanhado de um claro estabelecimento de metas desejavelmente alcançáveis e seu regular controlo” (Santos P. , 2019, p. 39).

A segunda fase, a pesquisa (*Collection*), “trata da pesquisa e recolha de informação, sobre a forma de dados ou notícias, existindo para isso um conjunto de disciplinas que contribuem para esta fase do processo” (Santos P. , 2019, p. 39).

Na terceira fase, o processamento (*Processing*), “são realizadas as atividades estruturadas para converter a informação em informações, sendo estas posteriormente disponibilizadas na forma de relatórios, briefings ou outros meios que correspondam às indicações dadas na primeira fase do ciclo” (Santos P. , 2019, p. 39).

A última fase do CPI, a disseminação (*Dissemination*), “é aquela onde são transmitidos os resultados ou produtos aos decisores [...], na forma e meios apropriados” (Santos P. , 2019, pp. 39-40).

Estas quatro fases do CPI, estão sujeitas a uma constante monitorização e coordenação por intermédio de “*Intelligence Requirements Management and Collection Management*



(IRM&CM)” (NATO, 2016a, pp. 4-2), que tem como objetivo gerir os requisitos de informações, orientando o esforço de pesquisa e “coordenando as atividades necessárias para os alcançar” (Santos P. , 2019, p. 40), sendo o “CPI um processo contínuo, verificando-se que as fases que o constituem, se sobrepõem e cruzam de forma dinâmica” (Alves, 2012, p. 96)

No âmbito do presente trabalho, importa aprofundar o estudo sobre a segunda fase do CPI, a pesquisa. Esta surge na sequência da primeira fase do CPI (orientação do esforço de pesquisa), em que “são emanados os elementos essenciais de informação (EEI), que por sua vez dão origem aos planos e ordens de pesquisa aos órgãos executantes” (Alves, 2012, p. 97). A ação de pesquisa, envolve várias disciplinas, diferenciando cada uma delas, no tipo de meios ou sistemas usados para observar, perceber, registar ou transmitir informação (NATO, 2016a, pp. 3-9), destacando-se as seguintes: Informações por fontes abertas (*Open Source Intelligence* – OSINT); Informações obtida e fornecida por fontes humanas (*Human Intelligence* - HUMINT); Informações acústicas (*Acoustic Intelligence* - ACINT); Informações por imagem (*Imagery Intelligence* - IMINT); Informações por medição e assinatura (*Measurement and Signature Intelligence* – MASINT); Informações de transmissões eletromagnéticas e comunicações (*Signals Intelligence* – SIGINT/COMINT) (NATO, 2016a, pp. 3-10).

Dentro das disciplinas de pesquisa apresentadas, interessa aprofundar o estudo sobre a pesquisa HUMINT. Trata-se de uma categoria de informação obtida e fornecida por fontes humanas. A HUMINT é única porque, embora as disciplinas de pesquisa técnica respondam a muitos das necessidades de informação crítica do comandante (CCIR – *Commander's Critical Information Requirements*), nem sempre conseguem fornecer evidências confiáveis sobre intenções, moral e relacionamentos entre indivíduos e organizações. A HUMINT permite obter essa informação, face à possibilidade de adquirir um conhecimento aprofundado sobre perceções e intenções no terreno (NATO, 2016b, pp. 1-1). Na doutrina em uso no exército português, é ainda destacado o papel relevante da “recolha de informação [...], através da interação entre especialistas de Informação Humana e fontes humanas presentes no TO [...], na confirmação e/ou aumento do valor das notícias obtidas através das restantes disciplinas [de pesquisa]” (EME, 2009, pp. 2-2).

Para efeitos do presente estudo, tendo em conta que se pretende analisar a estrutura de informações da GNR ao nível operacional e tático, importa ainda ter presente o conceito subjacente a estes dois níveis de comando.



Segundo a doutrina em uso pelo exército português, o nível operacional assume uma posição intermédia, na ligação entre o nível estratégico e o nível tático, “ao orientar as ações táticas para os objetivos estratégicos.” (EME, 2012, pp. 5-2).

Ao nível da GNR, e de acordo com o art.º 32.º da sua LOGNR, o nível operacional é assegurado pelo Comando Operacional (CO), Órgão Superior de Comando e Direção (OSCD), a quem compete o comando de toda a atividade operacional desenvolvida pela GNR.

Relativamente ao nível tático, na GNR, de acordo com o art.º 37.º, n.º 1, da LOGNR, compete aos Comandos Territoriais (CTer), “o cumprimento da missão da Guarda na área de responsabilidade que lhe for atribuída, na dependência direta do comandante-geral.”

Do Manual de Operações da GNR (1997), retira-se a utilização do conceito de atividade operacional, como sinónimo de empenhamento de nível tático, sendo reforçado a ideia de que “O comando tático da operação [policial] e a condução da mesma é da inteira competência do comandante da força [...]” no local (1997, pp. IX-41).

Para efeitos da presente investigação e atento à delimitação do objeto de estudo, será considerada como atividade de nível tático, a atividade operacional desenvolvida pelas Unidades Territoriais da GNR.

2.4 Metodologia

O estudo desenvolvido no âmbito do presente trabalho, pretende assumir uma tipologia de investigação aplicada, ao procurar encontrar uma aplicação prática para o conhecimento que vier a ser adquirido, no decorrer da investigação efetuada (Santos & Lima, 2019, p. 12). Relativamente ao posicionamento ontológico e epistemológico, o investigador assume respetivamente, uma posição construtivista e interpretativista (Santos & Lima, 2019, pp. 16-17).

Atento ao OG definido no âmbito da presente investigação, a metodologia a seguir baseia-se no raciocínio indutivo, uma vez que partimos da observação de factos particulares, no caso, a pesquisa HUMINT, procurando perceber como está implementada no dispositivo territorial da GNR, em Portugal continental, e daí generalizando, apontando alterações que poderão ser introduzidas, em ordem a melhorar o CPI (Santos & Lima, 2019, pp. 18-19).

2.4.1. Percurso metodológico

O percurso metodológico centra-se numa estratégia de investigação qualitativa, baseada na observação do fenómeno em estudo e na interpretação de padrões encontrados nos dados obtidos (Santos & Lima, 2019, p. 27).



Como desenho de pesquisa, será utilizado o estudo de caso, “em que se procura descrever de forma rigorosa, a unidade de observação [...] e compreender o objeto de estudo do ponto de vista dos participantes no mesmo” (Santos & Lima, 2019, pp. 36-37).

Para o efeito, vai recorrer-se a técnicas de recolha documentais, com base em publicações doutrinárias do exército português, da GNR e NATO, bem como pela consulta do acervo legislativo vigente, referente ao objeto de investigação, de forma a obter um correto enquadramento dos conceitos associados.

Recorrer-se-á ainda a técnicas de recolha não documentais, com a realização de entrevistas semiestruturadas (Apêndice B, C e D), a entidades com experiência na área de informações, sendo que a análise dos dados obtidos, seguirá o modelo apresentado no Apêndice A (Santos & Lima, 2019, pp. 92-94).

Tendo em conta que o foco do presente trabalho, é o nível tático, foram considerados para entrevista, todos os Oficiais da GNR, atualmente no desempenho da função de Oficial de Informações ao nível dos CTer, em Portugal continental, função essa que exercem em acumulação com a chefia da Secção de Informações e Investigação Criminal (SIIC) (Apêndice E). Para o efeito, e tendo em conta que a população considerada, num total de 18 Oficiais, é de pequena dimensão e se encontra disponível, não foi necessário definir uma amostra representativa da mesma (Santos & Lima, 2019, p. 65).

O objetivo destas entrevistas, é perceber de que forma é feita na atualidade a pesquisa HUMINT pelo dispositivo territorial da GNR, bem como a pertinência da implementação deste tipo de equipas, dedicadas em exclusivo a essa atividade, e ainda, a forma pela qual poderão ser implementadas.

Com o mesmo propósito, mas no sentido de obter a perspetiva do nível operacional sobre o assunto, é entrevistado o Exmo. Diretor da Direção de Informações, do CO/GNR.

São ainda entrevistados dois Oficiais da GC espanhola, força congénere à GNR, com o objetivo de identificar o modelo de pesquisa HUMINT implementado por aquela força policial, e assim obter eventuais contributos, pela identificação de boas práticas, que possam ter aplicação na GNR.

2.4.2. Modelo de análise

Relativamente ao modelo de análise (Apêndice A), as variáveis selecionadas tiveram por base os três vetores que constituem as informações, apresentados por Sherman Kent, designadamente a organização, o conhecimento e a atividade. O objetivo é utilização dessas variáveis, para a criação de uma matriz que permita concretizar o OG. Nesse desiderato,



foram definidos indicadores, subjacentes às questões aplicados nas entrevistas, para obtenção de informação que permita consubstanciar o modelo a propor, para implementação de equipas de pesquisa HUMINT nos CTer/GNR.

Para os OE1 e OE2, foram identificados indicadores coincidentes, com os quais se procurou perceber as ações, meios, fontes e produto resultante da pesquisa HUMINT, quer na GNR, quer na GC. Para o OE1, acrescentou-se um outro, a estrutura, uma vez que se pretende perceber como está implementada a pesquisa HUMINT na GC.

No OE3, como indicadores, surge a pertinência e a especialização, relativas à eventual implementação das equipas HUMINT, dedicadas em exclusivo para esse efeito.

No OE 4, os indicadores aplicados, permitem perceber as principais alterações à atual estrutura, considerando a efetiva implementação das equipas de pesquisa HUMINT, ao nível dos CTer, sublinhando as vantagens e dificuldades decorrentes das modalidades encontradas em sede das entrevistas realizadas.

3. Estrutura das informações na GNR

O presente capítulo enquadra a estrutura de informações da GNR, de acordo com legislação em vigor e determinações internas, fazendo a separação entre o nível operacional e tático, apresentados em subcapítulos distintos.

3.1 Ao nível Operacional

A LOGNR, no seu art.º 32.º, refere que cabe ao CO assegurar o comando de toda a atividade operacional, que compreende as áreas de operações, informações, investigação criminal, proteção da natureza e missões internacionais.

A estrutura de informações na GNR ao nível operacional, é enquadrada pelo Despacho n.º 40/20-OG, de 01 de janeiro. De acordo com a alínea g), n.º 2 do mesmo, o CO, incorpora uma Direção de Informações (DI), por intermédio da qual exerce a autoridade técnica no âmbito das informações e segurança militar, e que se articula de acordo com o apresentado na Figura 3.

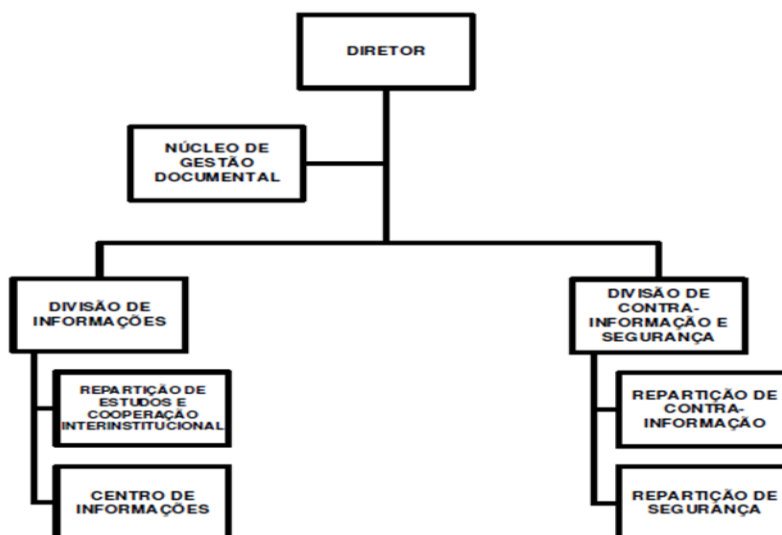


Figura 3 – Estrutura orgânica da DI/CO/GNR

Fonte: Despacho n.º 40/20-OG, de 01 de janeiro (2020)

As atribuições da DI encontram-se previstas no artigo 7.º do Decreto Regulamentar n.º 19/2008, de 27 de novembro. As atribuições da Divisões que integram a DI, nomeadamente a Divisão de Informações e a Divisão de Contrainformação e Segurança, estão previstas respetivamente, no art.º 14 e 15, do Despacho n.º 1292/2020, do Comandante-Geral da GNR, de 13JAN.



3.2 Ao nível Tático

Na sequência da aprovação da atual LOGNR, e após a publicação da Portaria n.º 1450/2008, de 16 de dezembro, que estabeleceu a organização interna das unidades territoriais, surge o Despacho n.º 72/08-OG, de 22 de dezembro, do Comandante-Geral da GNR, que veio definir as competências, a estrutura e o efetivo das unidades territoriais. Este último, foi, entretanto, revogado pelo Despacho n.º 53/09-OG, de 30 de dezembro, que procedeu a alguns ajustamentos à estrutura definida pelo anterior.

O Despacho n.º 53/09-OG, começa por definir o que é a componente territorial da GNR, sua missão e articulação. No ponto n.º 2 do mesmo Despacho, é apresentada a articulação e o dispositivo que integra um CTer. Importa para efeitos do presente trabalho, focar o dispositivo implementado e dedicado em específico à atividade de informações. Neste contexto, destaca-se a Secção de Operações, Informações, Treino e Relações-Públicas (SOITRP), com ressalva para as seguintes atribuições¹¹:

- Proceder ao tratamento da informação com interesse para a missão da unidade;
- Manter e assegurar o funcionamento do Sistema Integrado de Informações Operacionais (SIIOP);
- Proceder à reunião, análise e difusão de informações necessárias ao cumprimento da missão geral da Guarda.

É ainda referido no Despacho em apreço, que é ao Chefe da Secção de Investigação Criminal (SIC), que cabe o exercício da função de Oficial de Informações do CTer, em acumulação de funções e na dependência funcional do Chefe da SOITRP¹². Também o Núcleo de Análise de Informação Criminal (NAIC), da SIC, realiza em acumulação, as tarefas inerentes à área das informações da SOITRP.

No ano de 2014, com a entrada em vigor do Despacho n.º 18/14-OG, de 11 de março, procedeu-se ao ajustamento da estrutura da investigação criminal (IC) (Figura 4), do qual resultaram igualmente, alterações para a estrutura de informações da GNR.

Destaque para a passagem das informações, até então sobre a dependência da SOITRP, para a SIC, passando estas a designarem-se respetivamente por Secção de Operações, Treino e Relações-Públicas (SOTRP) e Secção de Informações e Investigação Criminal (SIIC). O NAIC, viu também alterada a sua designação, passando a Núcleo de Análise de Informações e Informação Criminal (NAIIC), na dependência da SIIC.

¹¹ Cfr (3), (6) e (7), a. 3. do Despacho n.º 53/09-OG, de 30 de dezembro

¹² Ibidem, a., 5.

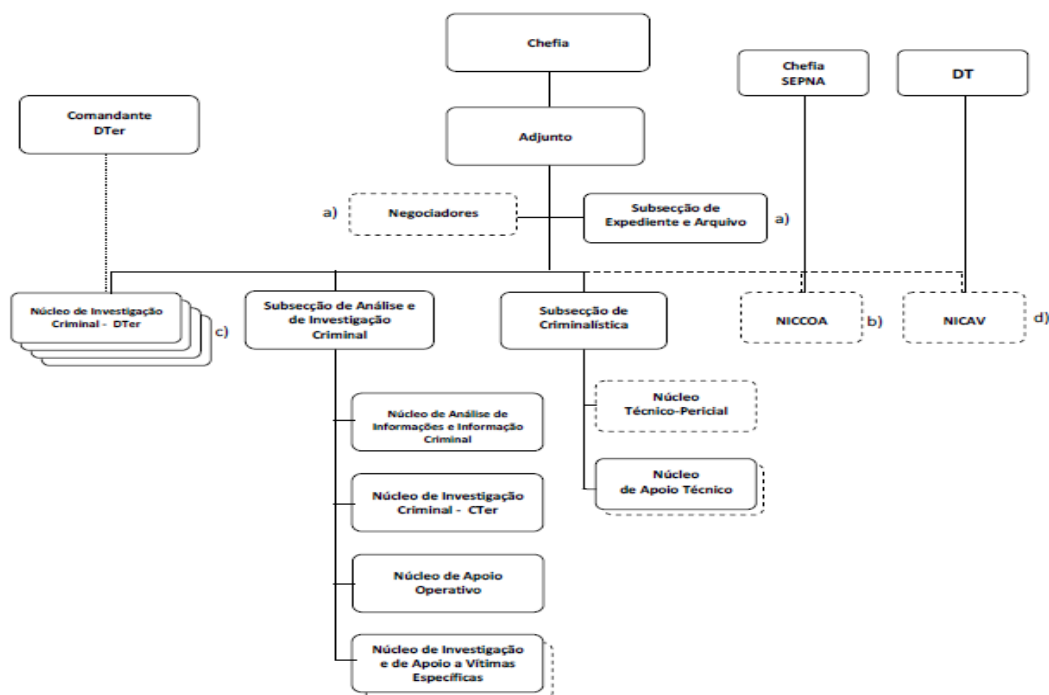


Figura 4 – Estrutura orgânica da SIIC/CTer Tipo I

Fonte: Despacho n.º 18/14-OG, de 11 de março (2014)

De forma sucinta, com a entrada em vigor deste novo Despacho, a SIIC no CTer, passou a ter como competências, no âmbito das informações, as seguintes¹³:

- Satisfazer pedidos que lhe forem formulados no âmbito das informações;
- Coadjuvar o comando e promover a coordenação e o controlo de toda a atividade de informações desenvolvida pela SIIC;
- Promover a recolha, tratamento, análise e difusão de informações na ZA do CTer;
- Garantir a segurança das informações;

O Chefe da SIIC, continua a desempenhar, em regime de acumulação, a função de Oficial de Informações da Unidade¹⁴.

Quanto ao NAIIC, no âmbito das informações, é no essencial, responsável por¹⁵:

- Apoiar os investigadores operativos, através da análise e correlação das informações acedidas através dos sistemas de informação ou de estudos de fenómenos criminais;
- Colaborar na deteção e caracterização, no âmbito da IC, de novos padrões e perfis criminais, devendo os resultados ser enviados à área das informações;
- Realizar as missões inerentes à área de informações, nomeadamente através de recurso a OSINT;

¹³ Cfr n.º 1., do Apêndice 2, aos Anexos C e D, do Despacho n.º 18/14-OG, de 11 de março

¹⁴ Ibidem, (7), a. 2., do Apêndice 2, ao anexo C

¹⁵ Ibidem, (1), e. 2., do Apêndice 2, ao anexo C



Destaque para o Núcleo de Apoio Operativo (NAO), a quem cabe, no âmbito das informações, proceder à recolha de informações em fontes humanas (HUMINT)¹⁶.

3.3 A pesquisa HUMINT na GNR

A pesquisa de informação, principalmente com base em fontes humanas (HUMINT), é algo profundamente enraizado na cultura policial da GNR, que tem sido acompanhado ao longo dos tempos pela doutrina institucional, como bem demonstra o Manual de Operações da GNR, onde constam as missões que determinam o planeamento das ações de patrulhamento, sendo uma delas, o “Reconhecimento ativo e colheita de informações e notícias” (1997, pp. 1-17), apontando o patrulhamento desenvolvido diariamente pela GNR, como “importante fonte de informação, elemento primordial na orientação da atividade de polícia” (1997, pp. 1-13).

Também o Regulamento Geral do Serviço da GNR (RGSGNR), aprovado pelo Despacho n.º 10393/2010, de 05 de maio, do Comandante-Geral da GNR, faz referência à pesquisa HUMINT. Refere no artigo 154.º, que “No serviço operacional, o comandante, após uma análise cuidadosa da situação, pode autorizar o uso de traje civil, nomeadamente, em ações de investigação, recolha de informações e pesquisa de notícias”, o que é passível de ser enquadrado como ação de pesquisa HUMINT.

Também o artigo 160.º do RGSGNR, no seu n.º 4, alínea b), focando a competência e deveres dos comandantes nos diversos escalões, atribui um conjunto de tarefas, que assentam na obtenção de informação com base em fontes humanas, como se destaca, naquelas atribuídas aos comandantes de posto:

Conhecer a índole, os costumes e tradições dos habitantes da sua zona de ação [ZA], o seu grau de obediência à lei, os antagonismos entre as populações vizinhas, a criminalidade dominante [...], informando superiormente sempre que se verifiquem alterações sensíveis do comportamento das populações ou que se constate a presença de pessoas desconhecidas na área. (Despacho n.º 10393/2010, de 22 de junho, 2010)

Destacar ainda a missão atribuída às patrulhas, onde de acordo com o artigo 169.º, do RSGNR, as mesmas saem para o serviço levando o respetivo comandante a guia de patrulha, na qual, após o serviço, é relatado, de acordo com o n.º 2, alínea b), do mesmo artigo, entre outros assuntos, “factos fundamentais observados durante o serviço, resultado da pesquisa

¹⁶ Cfr (b), (3), e. 2., do Apêndice 2, ao anexo C, do Despacho n.º 18/14-OG, de 11 de março



de notícias e informações”. Na atualidade, esta prática é substituída pela inserção da informação tida por pertinente, na plataforma informática SIIOP.

3.4 Síntese conclusiva

A análise documental no presente capítulo, com foco na doutrina institucional e respetivo enquadramento legal, permitiu evidenciar que a GNR tem uma estrutura centralizada, ao nível operacional, especialmente dedicada à atividade de informações, constituindo-se como um órgão de orientação técnica para o restante dispositivo, a nível nacional. Este dispositivo, que consubstancia o nível tático, tem nos CTer, vários órgãos e meios empenhados no desenvolvimento de atividades de informações, com destaque para a SIIC, e na dependência desta, o NAIIC e o NAO, este último, com atribuições específicas no âmbito da pesquisa HUMINT, no entanto, todos eles, operando de forma não exclusiva.

O presente capítulo, contribuiu para a resposta à QD2, que concorre para o OE2, com o qual se pretende identificar ações desenvolvidas pelas Unidades Territoriais da GNR, enquadráveis como pesquisa HUMINT. Constatou-se que a missão de pesquisa de notícias atribuída às patrulhas, coloca o militar da GNR diretamente na base de toda a estrutura de informações, constituindo-se como verdadeiro sensor, com enorme potencial para recolha de informação, fruto da vasta implementação territorial, profundo conhecimento da ZA e proximidade com as populações locais, onde é privilegiado a pesquisa de informação assente em fontes humanas.

Do exposto, verifica-se que a pesquisa HUMINT, é a principal atividade desenvolvida no âmbito das informações pelo nível tático, cujo esforço de colheita de informação, contribui para o apoio na tomada de decisão nos diferentes escalões de comando.

O quadro seguinte, resume a estrutura de informações da GNR, salientando os órgãos dedicados à atividade de informações, no nível operacional e tático, de acordo com os vetores de informações previamente identificados (organização-conhecimento-atividade).

Quadro 1 – Síntese da estrutura de informações da GNR

Informações				
Nível	Organização	Conhecimento	Atividade	
			Fase do CPI	Disciplina de pesquisa
Operacional	DI/CO	Apoio à decisão de nível operacional e/ou estratégico	I, II, III e IV (nacional)	OSINT, HUMINT
Tático	SIIC/CTer	Apoio à decisão de nível tático e superior	I, II, III e IV (ZA)	OSINT, HUMINT
	Destacamento Posto		I e II (ZA)	HUMINT



4. As Informações na *Guardia Civil*

O presente capítulo procura identificar o modelo de pesquisa HUMINT implementado pela GC Espanhola, ao nível do seu dispositivo territorial. Para o efeito, para além da consulta de legislação enquadrante, foram realizadas entrevistas (Apêndice C) a dois Oficiais da GC, com experiência no desempenho na área de informações. Foi entrevistado o Major Pablo Barceló, que desempenhou várias funções na área das informações, sendo que mais recentemente, chefiou o SI nas Ilhas Baleares, com sede em Palma de Maiorca, e o Major David Hurtado, do Grupo de Apoio Operativo, da Chefia de Informações, com sede em Valdemoro, Madrid.

O capítulo é dividido em dois subcapítulos, sendo que no primeiro, é feita de forma sucinta, a apresentação da estrutura de informações da GC, e no segundo, procura-se explicar a forma como a pesquisa HUMINT é desenvolvida pelo dispositivo territorial da GC, apesar das limitações encontradas, face à classificação de segurança da informação.

4.1 Breve apresentação da estrutura de informações da *Guardia Civil*

A GC tem estatutariamente, um papel central ao nível das informações no âmbito da segurança nacional espanhola, que exerce principalmente, por intermédio do *Servicio de Información de la Guardia Civil* (SIGC), que integra o *Centro de Inteligencia contra el Terrorismo y el Crimen Organizado* (CITCO), um *intelligence fusion center* de âmbito nacional, responsável pela coordenação entre as diferentes instituições empenhadas no combate ao crime organizado e terrorismo, evitando duplicações (Esparza & Bruneau, 2019, p. 341).

A GC é de acordo com a alínea b), do artigo 9.º, da *Ley Orgánica 2/1986, de 13 de marzo, de Fuerzas y Cuerpos de Seguridad*, uma FS de natureza militar, dependente do Ministro do Interior, no desempenho das funções que a lei lhe atribui, e do Ministro da Defesa, no cumprimento das missões de natureza militar, que este ou o Governo determinem.

De acordo com a alínea b), n.º 5, do artigo n.º 4, do *Real Decreto 734/2020, de 4 de agosto*, o comando da GC é exercido por um Diretor-Geral, subordinado ao Secretário de Estado da Segurança, tendo na sua dependência, os seguintes órgãos¹⁷ (Anexo A):

- a) Direção Operacional Adjunta;
- b) Comando de Fronteiras e a Polícia Marítima;
- c) Comando de Pessoal;
- d) Comando de Apoio.

¹⁷ Cfr. n.º 3, do artigo n.º 4, do *Real Decreto 734/2020, de 4 de agosto*

É da Direção Operacional Adjunta, que depende diretamente, entre outras, a Chefia das Informações¹⁸. Conforme refere Pablo Barceló (entrevista por *email*, 01 de março de 2021), a Chefia de Informações (*Jefatura de Información*) tem a função de organizar, dirigir e gerir a obtenção, receção, tratamento, análise e difusão das informações de interesse para a ordem e segurança pública, no âmbito das funções da GC. É responsável pela utilização operacional da informação, especialmente em matéria de combate ao terrorismo, a nível nacional e internacional.

De referir que toda a matéria relativa à Chefia de Informações da GC é classificada, tal como se reflete na *Ley 9/1968, de 5 de abril, sobre secretos oficiales* e seguintes modificações (Barceló, *op. cit.*), o que impossibilita trazer ao presente trabalho, informação com maior pormenor sobre a estrutura de informações atualmente implementada na GC.

De igual forma, a estrutura, organização, meios e técnicas operacionais utilizadas no combate ao terrorismo pelas FFSS de Espanha, bem como as suas fontes, informação ou dados obtidos, constituem informação classificada com o grau de SECRETO, por força do Acordo do Conselho de Ministros de 16 de fevereiro de 1996 (*Guardia Civil*, 2021).

Apesar da dificuldade acima referida, foi possível apurar que o SI da GC é estruturado territorialmente, em unidades centrais (específicas) e periféricas (específicas e genéricas). Existem unidades dedicadas a ameaças internas, como é o caso do nacionalismo e movimentos separatistas, e outras, dedicadas a ameaças externas, aqui com especial preocupação sobre o terrorismo jihadista e a eventual colaboração com serviços de informações estrangeiros (David Hurtado, entrevista por *email*, 28 de fevereiro de 2021).

Territorialmente, a GC está estruturada por *Zonas* (Figura 5), que correspondem a Comunidades Autónomas, e por *Comandancias* (Figura 6), que correspondem a províncias. Nessas unidades territoriais, também está presente o SI, por intermédio dos *Grupos de Información de Comandancia* (GIC), com uma estrutura semelhante à do nível central, no que se refere ao CPI (Hurtado, *op. cit.*).

O primeiro escalão, no que à obtenção e produção de informações diz respeito, são as unidades territoriais, encarregadas da segurança pública na respetiva área de responsabilidade. Este primeiro escalão, começa desde logo, nos denominados *Puestos Territoriales de seguridad ciudadana* (comandado por um oficial ou sargento), os quais

¹⁸ Cfr. n.º 5, do artigo 4, do Real Decreto 734/2020, de 4 de agosto

realizam o trabalho base de obtenção de informação pela proximidade e contacto diário com o cidadão, potenciado pelo conhecimento da respetiva ZA (Barceló, *op. cit.*).



Figura 5 – Mapa de Zonas da GC

Fonte: Guardia Civil (2021)

Os *Puestos*, de acordo com seu tamanho e capacidade, são organizados e estruturados em diferentes áreas de trabalho. Por regra, têm uma área responsável pelo atendimento ao cidadão, outra, responsável pela prevenção criminal, com a função principal de patrulhar a respetiva ZA, e por último, uma área dedicada à investigação para o esclarecimento de delitos, função de maior complexidade, que requer uma maior análise e produção de informação, e que se constitui como uma função genérica de apoio à especialidade de informações.

Dependendo do âmbito ou complexidade em que se enquadre a informação obtida, esta será reencaminhada ao escalão superior do *Puesto*, que é a *Compañía*, de comando de Capitão, que por sua vez, a poderá reencaminhar ao escalão superior, a *Comandancia*, onde residem todas as especialidades, nomeadamente o GIC, a *Unidad Orgánica de Policía Judicial* (UOPJ), o *Servicio de Protección de la Naturaleza* (SEPRONA), entre outros (Barceló, *op. cit.*).

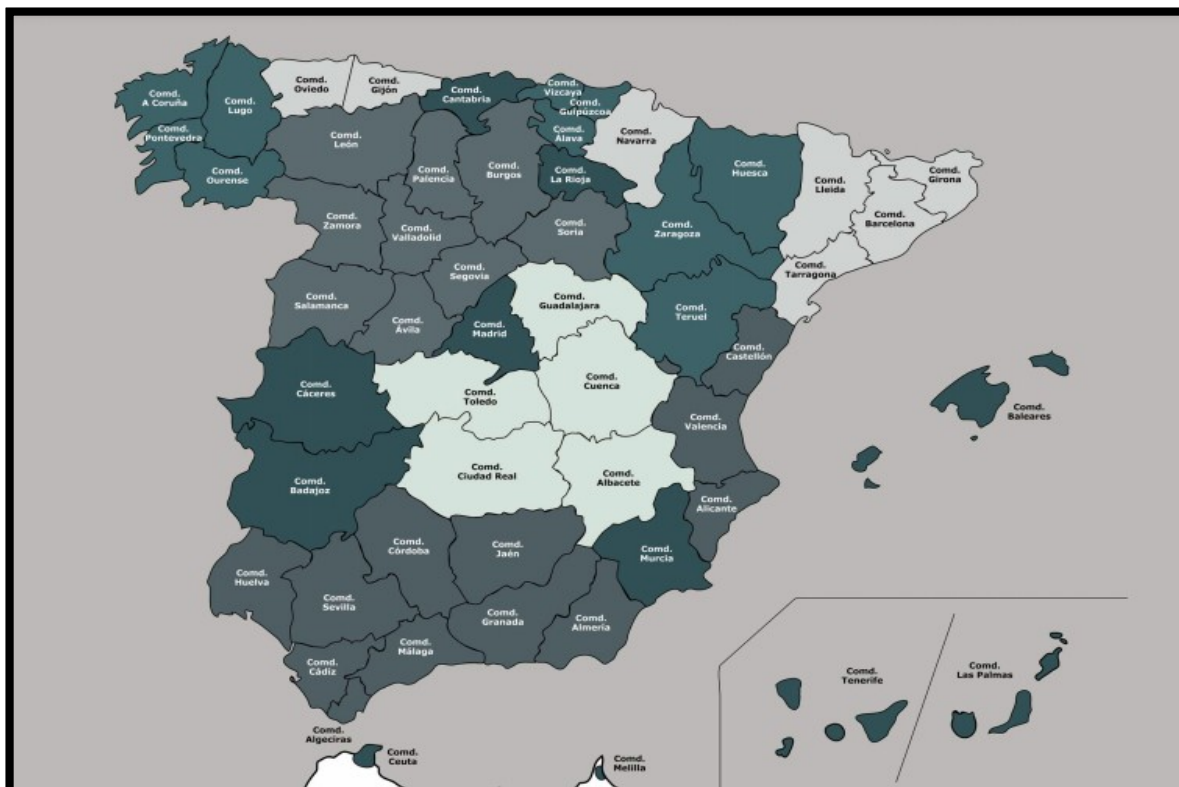


Figura 6 – Mapa das Comandancias da GC

Fonte: Guardia Civil (2021)

Os militares dos *Puestos*, por serem os primeiros a terem conhecimento das ocorrências, acrescido do facto de se encontrarem fisicamente na área em que as mesmas ocorrem, são responsáveis pela transmissão atempada da informação tida por pertinente às unidades especializadas, com as quais partilham a responsabilidade territorial. A transmissão dessa informação, é em grande parte garantida, pela inserção da mesma na plataforma informática que a GC possui, para compilar e armazenar toda a informação relacionada com o serviço de segurança e ordem pública, o designado Sistema Integrado de Gestão Operacional (SIGO). A informação inserida, pode depois ser tratada (dependendo dos níveis de acesso) pelos próprios agentes de ordem pública ou pelas componentes da especialidade de informações, no escalão superior, em ligação com outras bases mais completas e específicas (Barceló, *op. cit.*).

Por último, sublinhar que cada membro da GC é considerado um elemento ativo do SI, devendo por isso, participar ao seu comando as notícias de interesse para o serviço de que tenha conhecimento (Guardia Civil, 2021).

4.2 A pesquisa HUMINT no dispositivo territorial da *Guardia Civil*

Nas unidades periféricas da GC (*Zonas e Comandancias*), as equipas HUMINT estão inseridas nos órgãos de obtenção de informação. Essas equipas são conhecidas na gíria do SI, como unidades ou órgãos de "fontes", dividindo-se por fontes abertas e fontes fechadas. As equipas de fontes fechadas, dedicam-se a estabelecer contactos com pessoas de interesse, próximas ou de alguma forma relacionados com o problema em investigação, sendo que em muitos dos casos, a fonte não saberá a verdadeira identidade do agente que com ela interage. Na GC, na disciplina de HUMINT, as tarefas de vigilância e contra vigilância, bem como de reconhecimento e seguimento, não são consideradas, uma vez que essas funções são atribuídas a órgãos e unidades de apoio operativo, da Chefia de Informações (Hurtado, *op. cit.*).

Relativamente à pesquisa de informação, numa primeira fase, é necessário determinar quem explorará ou produzirá as informações obtidas com base na HUMINT. Dependendo do volume, domínio e relevância da informação obtida, o *Puesto* competente poderá assumir essa função. No entanto, sublinhar que, caso o volume dessa informação seja demasiado elevado ou caso sejam necessários mais meios a nível de pessoal ou material, para a boa continuidade da investigação, o *Puesto* deve transferir a informação ao escalão superior, no caso, a *Compañía*, solicitando apoio. Por sua vez, como já referido, caso a informação transmitida, pela sua pertinência, quantidade ou complexidade, exceda o quadro de competências da *Compañía*, é transferida para a *Comandancia*, dotada em meios e pessoal especializado em várias valências, de acordo com os fenómenos criminais e outros, que caracterizam a respetiva área de responsabilidade. Cabe ao Chefe de Operações do Comando da Comandância, decidir a unidade competente para processar essas informações (UOPJ ou GIC), valorizando sempre a repartição das competências de ambas as especialidades no âmbito da investigação policial (Barceló, *op. cit.*).

A principal forma como os militares da GC, que desempenham funções no âmbito da segurança pública, obtêm informação com base na HUMINT, é através da deteção de fontes, identificação da informação pertinente e sua transmissão atempada, pela inserção da mesma na aplicação informática dedicada para esse efeito. No entanto, em questões urgentes ou perante informação que seja do domínio evidente de uma especialidade (UOPJ, GIC, SEPRONA, etc....) existem outros tipos de mecanismos, como o envio de *Notas Informativas*, via escalão superior, à unidade competente para processamento dessas informações (Barceló, *op. cit.*).

Qualquer militar da GC que participe num qualquer incidente, mantenha uma conversa relevante ou intervenha em qualquer inquérito de interesse, dos quais obtenha informação importante, é obrigado a realizar a *información verbal* (documento escrito) ao seu comando, que deve inseri-la na base de dados gerais. Essa base de dados está interligada ao *Sistema de Investigación* (SINVES), operado pela Chefia de Informações, tornando toda a informação inserida potencialmente relevante para o SI. Neste contexto, acresce que o GIC, é obrigado a rever as investigações realizadas nos *Puestos*, a fim de localizar qualquer informação de interesse no domínio do terrorismo (Hurtado, *op. cit.*).

Por último, importa sublinhar, que para os militares da GC que prestam o serviço de segurança pública (patrulheiros), existem planos periódicos de formação setorial (anuais ou semestrais), ministrados por pessoal destacado no domínio das informações, nos quais se recorda a importância das informações, bem como a responsabilidade e a obrigação de cada um, em reportar a informação a que tiver acesso, independentemente da forma e/ou fonte. Normalmente, estes planos formativos variam segundo a ameaça concreta do lugar e a evolução da mesma. É dada particular importância, à instrução sobre a correta e atempada transferência de notícias e outro tipo de informação para as unidades de informações competente, de acordo com a delimitação territorial (Barceló, *op. cit.*).

4.3 Síntese conclusiva

No presente capítulo, procurou-se dar resposta à QD1, a qual concorre para o OE1, que pretende identificar o modelo de pesquisa HUMINT implementado na GC, ao nível do seu dispositivo territorial.

Pode-se assumir que o OE1 foi alcançado apenas parcialmente, uma vez que perante as limitações impostas face à classificação de segurança da informação pretendida, não foi possível identificar com maior pormenor o modelo de pesquisa HUMINT instituído na GC.

Ainda assim, por intermédio das entrevistas realizadas aos Oficiais da GC, complementadas com a consulta dos diplomas legais disponíveis, foi possível descrever minimamente a estrutura de informações da GC, bem como o modelo de pesquisa HUMINT implementado ao nível do seu dispositivo territorial.

No essencial, destaca-se a emancipação do SI ao nível tático na GC, por intermédio do GIC, dedicado em exclusivo às informações e independente da componente de IC. Destaque ainda, para o facto de o GIC, desenvolver na respetiva ZA, atividades no âmbito de todas as fases do CPI, embora que, em níveis de complexidade mais reduzido, do que aquelas realizadas pela Chefia de Informações.



O quadro seguinte, procura sintetizar a estrutura de informações implementada na GC, tendo por base, os três vetores que constituem as informações (organização-conhecimento-atividade).

Quadro 2 – Síntese da estrutura de informações da GC

Informações				
Nível	Organização	Conhecimento	Atividade	
			Fase do CPI	Disciplina de pesquisa
Operacional	Jefatura de Información ⁽¹⁾	Apoio à decisão de nível operacional e/ou estratégico	I, II, III e IV	OSINT, HUMINT, COMINT, IMINT ⁽²⁾
	SIZ/Zona ⁽¹⁾		I, II, III e IV	Algumas SIZ (as mais robustas) têm a possibilidade de realizar HUMINT e COMINT ⁽³⁾
Tático	GIC/Comandancia ⁽¹⁾	Apoio à decisão de nível tático e superior	I, II, III e IV	OSINT, HUMINT, COMINT, IMINT ⁽⁴⁾
	Compañía		II	HUMINT e OSINT ⁽⁵⁾
	Puesto			

(1) Dedicada em exclusivo às atividades de informações;

(2) Ao mais alto nível técnico, de recursos e de coordenação entre várias unidades de informação, por delitos especiais que requerem a intervenção judicial da Audiência Nacional espanhola (tribunal superior) ou aqueles que têm ligações internacionais;

(3) Coordenação dos GIC ao nível administrativo nas Comunidades Autónomas com mais de uma província;

(4) Em níveis de investigação, coordenação e competência mais reduzidos que a Chefia de Informações;

(5) Realizada de forma genérica, por elementos não pertencentes à Chefia de Informação, SIZ ou GIC.

5. Apresentação e análise dos resultados

No presente capítulo, procede-se à apresentação e análise dos resultados obtidos, em sede das entrevistas realizadas.

A apresentação de resultados surge dividida em dois subcapítulos, sendo que no primeiro é feita a apresentação e análise dos resultados referentes às entrevistas feitas ao nível tático, isto é, a todos os Oficiais da GNR que atualmente desempenham a função de Oficial de Informações nos CTer, em Portugal continental.

No segundo subcapítulo, é feita a apresentação e análise da entrevista realizada ao atual Diretor da DI/CO/GNR, em representação do nível operacional.

5.1 Entrevistas aos Oficiais de Informações (nível tático)

As respostas às questões colocadas nas entrevistas realizadas aos Oficiais de Informações (Apêndice B), foram interpretadas segundo uma análise quantitativa e qualitativa.

Assim, para cada resposta, é apresentado um quadro com a análise quantitativa, onde se evidencia o peso relativo de cada segmento de resposta identificado, que tiveram na base da sua formulação, os pontos comuns às respostas dadas pelos entrevistados (Apêndice F).

Segue-se uma análise qualitativa, consubstanciada numa síntese, onde é efetuada a interpretação dos valores apresentados, com base nas ideias chave das respostas obtidas (Apêndice G).

Para efeitos da análise qualitativa, são considerados apenas os três segmentos de resposta com maior valor relativo, o que é expresso pelo valor em percentagem apresentado nos quadros.

No quadro 3, e seguintes, apresenta-se as respostas observadas, por segmento e entrevistado, destacando-se no final, a indicação do somatório de respostas obtidas por segmento e correspondente percentagem relativa.

Quadro 3 – Análise questão n.º 1

1. Quais os meios atualmente ao dispor nos Comandos Territoriais da GNR, vocacionados e capacitados para realizar ações de pesquisa HUMINT?									
Entrevistados	Segmentos de resposta								
	A.1	A.2	A.3	A.4	A.5	A.6	A.7	A.8	A.9
E1	x	x	-	-	x	x	-	x	-
E2	x	-	-	-	-	-	-	x	-
E3	x	x	-	-	-	-	x	x	x
E4	x	x	x	x	x	x	x	x	x
E5	-	x	-	x	-	-	-	-	x
E6	x	x	x	-	-	x	x	-	-
E7	x	x	-	-	x	x	x	x	-
E8	x	x	-	-	-	x	x	x	x
E9	x	-	-	-	-	-	x	x	-
E10	x	x	x	-	x	x	-	x	x
E11	x	x	x	-	-	-	-	x	-
E12	x	x	-	-	x	x	-	x	x
E13	x	x	-	x	-	-	x	-	x
E14	x	x	x	-	x	x	x	x	-
E15	x	x	-	-	-	-	x	x	x
E16	x	x	-	-	-	-	x	x	x
E17	-	-	-	x	-	-	-	-	x
E18	x	-	-	-	-	x	-	x	-
Total	16	14	5	4	5	9	10	14	10
%	88,88	77,77	27,77	22,22	27,27	50	55,55	77,77	55,55

Síntese: Com a questão n.º 1, procurou-se identificar e perceber quais os meios atualmente ao dispor nos CTer da GNR, vocacionados e capacitados para realizar ações de pesquisa HUMINT.

Relativamente aos meios identificados, 88,88% dos entrevistados, apontaram os militares que integram os núcleos de investigação criminal (NIC) (A.1), ao nível dos Destacamentos Territoriais (DTer), como os mais capacitados e vocacionados para a pesquisa HUMINT. Em segundo lugar, com 77,77%, surgem os militares que integram o NAO (A.2) e aqueles que desenvolvem o serviço de patrulhamento diário (A.8). De destaque ainda, o facto de 55,55% dos entrevistados, terem referido que todo o militar da GNR (A.9), é uma “antena” do sistema de informações, constituindo-se por tal, como fonte de recolha de informação, especialmente na vertente HUMINT. Ainda, com igual incidência (55,5%), as equipas de inquérito (EI) (A7) nos Postos Territoriais (PTer), são consideradas fonte privilegiada de informação, pelo contacto frequente com vários sujeitos processuais, que diariamente se deslocam às instalações do PTer, a fim de prestar depoimento no contexto de processos-crime ou contraordenacionais instruídos por aquelas equipas.



Perante as respostas obtidas, percebeu-se desde logo a necessidade de distinguir o alcance dos conceitos associados aos termos capacidade e vocação, pois, enquanto se identificam vários meios ao dispor da componente territorial da GNR, com capacidade para realizar pesquisa HUMINT, já não se verifica o mesmo, quando se refere a meios vocacionados para o efeito.

De uma forma geral, os entrevistados apontam os militares pertencentes à estrutura de IC, como os mais vocacionados, além de capacitados, para a realização de ações de pesquisa com base em fontes humanas, muitas vezes, em simultâneo ou por consequência, das diligências que desenvolvem no âmbito dos processos-crime que se encontram a investigar. Outro ponto, mais específico, mas que justifica ainda assim, a maior vocação de uns em relação a outros, o facto de a pesquisa HUMINT estar expressamente atribuída, enquanto tal e com essa designação, apenas ao NAO, núcleo este que não se encontra sequer implementado em todos os CTer ou nos casos em que está, muitas das vezes, tem um efetivo muito reduzido.

De relevo ainda, o facto de alguns entrevistados terem referido que há militares, que apesar do potencial para a recolha de informação, não estão devidamente sensibilizados para aquilo que designaram por “cultura de informações”, desconsiderando de certa forma, a importância das informações na condução da atividade policial e o respetivo potencial individual, enquanto “antenas” da estrutura de informações da GNR.

Quadro 4 – Análise questão n.º 2

2. Que ações realizadas pelo dispositivo territorial da GNR, no âmbito da sua atividade operacional, são passíveis de serem enquadradas como ações de pesquisa HUMINT? Na resposta identifique órgãos/meios empregues na sua execução.									
Entrevistados	Segmentos de resposta								
	B.1	B.2	B.3	B.4	B.5	B.6	B.7	B.8	B.9
E1	x	x	-	-	-	-	-	x	x
E2	x	x	x	x	-	-	-	-	-
E3	-	x	x	x	x	-	-	-	-
E4	x	x	x	x	x	x	-	-	-
E5	x	x	x	x	x	-	-	-	-
E6	-	-	-	-	-	-	-	x	x
E7	x	x	x	x	x	-	-	-	x
E8	-	x	-	-	-	-	-	-	-
E9	x	-	-	x	-	-	-	-	-
E10	x	x	x	x	x	x	-	-	-
E11	x	-	-	x	-	-	-	x	-



E12	-	x	x	x	-	-	-	x	-
E13	x	x	x	x	-	-	-	-	-
E14	x	x	x	x	x	x	x	-	-
E15	x	x	x	x	x	-	-	x	x
E16	x	x	-	x	x	-	-	x	-
E17	x	x	x	x	x	-	x	x	x
E18	x	x	-	x	x	-	-	-	-
Total	14	15	11	15	10	3	2	7	5
%	77,77	83,33	61,11	83,33	55,55	16,66	11,11	38,88	27,77

Síntese: Com a questão n.º 2, procurou-se identificar quais as ações realizadas pelo dispositivo territorial da GNR, passíveis de serem enquadradas como ações de pesquisa HUMINT e quais os órgãos/meios empregues na sua execução.

Das respostas obtidas, destacou-se a atividade desenvolvida pelo NIC (B.2) e Secções de Policiamento Comunitário (SPC) (B.4), ambos com 83,33% dos entrevistados a identificar estas valências, como aquelas que realizam mais ações passíveis de se enquadrar como pesquisa HUMINT.

Os militares que integram o NIC, pela formação específica no âmbito da especialidade, bem como pela experiência acumulada no processamento de informação, face às diligências de IC que desenvolvem diariamente, constituem-se como um dos recursos mais versáteis, no que à recolha de informação diz respeito. Neste contexto, destaca-se o acesso fácil a informação proveniente de diversas fontes, em particular, fontes humanas, pelo contacto frequente com os arguidos, testemunhas, informadores, contactos em organismos do Estado, FFSS e outros. Para além da informação a que normalmente têm acesso, podem ainda ser facilmente empenhados em tarefas específicas para a recolha ou confirmação de notícias, de carácter mais técnico, como por exemplo, através de ações de vigilância ou seguimento, o que os torna uma mais-valia para a produção de informações na GNR.

Também a ação dos SPC ao nível dos DTer, se revela importante para a obtenção de informação, pela sua proximidade com comunidades locais específicas, sobre as quais desenvolvem um amplo e profundo conhecimento, com relevância para a população idosa, comércio local e comunidade escolar, aqui com destaque para o contacto privilegiado entre professores, jovens, crianças e respetivos pais, contacto esse que se revela como uma excelente fonte de informação.

A patrulha às ocorrências (PO) (B.1), surge logo a seguir, com 77,77% dos entrevistados a atribuírem a esta missão, ações que se enquadram na pesquisa HUMINT, muito pela proximidade e interação com a população local, conseguida pelos militares que



integram a referida patrulha, por regra, profundamente conhecedores da respetiva ZA e os respetivos fenómenos criminais e sociais. Os militares que integram a PO, podem e devem usar a respetiva guia de patrulha para registar as notícias que recolhem, de forma que o Comandante de Posto consiga canalizar essa informação de forma adequada e garantir a sua inserção no SIIOP.

Quadro 5 – Análise questão n.º 3

3. Quais as principais fontes no âmbito da pesquisa HUMINT, utilizadas pelo dispositivo territorial da GNR?								
Entrevistados	Segmentos de resposta							
	C.1	C.2	C.3	C.4	C.5	C.6	C.7	C.8
E1	x	x	x	x	-	x	x	x
E2	-	-	-	x	-	-	-	-
E3	x	-	x	x	-	-	-	-
E4	x	x	x	-	x	-	x	-
E5	x	x	x	-	-	-	-	-
E6	x	-	x	-	x	x	-	-
E7	x	x	x	-	-	-	x	-
E8	x	x	x	-	x	x	-	-
E9	-	-	x	-	-	x	x	-
E10	x	-	-	-	x	x	x	-
E11	-	-	x	x	x	x	-	-
E12	-	-	x	x	-	-	x	-
E13	-	-	x	-	-	-	-	-
E14	x	x	x	-	x	x	x	-
E15	-	-	-	x	x	-	-	-
E16	x	x	x	x	x	-	x	-
E17	-	-	-	-	-	-	-	x
E18	x	x	x	-	x	-	x	-
Total	11	8	14	7	9	7	9	2
%	61,11	44,44	77,77	38,88	50	38,88	50	11,11

Síntese: Com a questão n.º 3, procurou-se identificar as principais fontes no âmbito da pesquisa HUMINT.

Das respostas obtidas, destacou-se utilização de informadores (C.3), com 77,77% dos entrevistados a indicar tal recurso, como a principal fonte de informação HUMINT. Esta fonte é, tradicionalmente, melhor explorada pelos militares que integram a estrutura de IC.

Em segundo lugar, surge o interrogatório de arguidos (C.1), constituídos como tal, em sede de processos-crimes ou contraordenacionais. Neste âmbito, assumem especial relevância, além dos militares da estrutura de IC, os militares que integram as EI, uma vez que têm à sua responsabilidade a instrução de diversos processos-crimes e

contraordenacionais, que apesar de poderem ser considerados de menor complexidade, são por regra, em número elevado, o que lhes dá acesso privilegiado à informação prestada pelas pessoas com quem interagem, no âmbito desses mesmos processos, na qualidade de testemunhas, arguidos, denunciante ou outra.

A população local (C.7), bem como a realização de vigilâncias (C.5), merecem igualmente ser destacadas, tendo em conta que surgem em terceiro lugar, ambas referidas por 50% dos entrevistados como fonte de informação HUMINT.

Quadro 6 – Análise questão n.º 4

4. Considera pertinente a implementação de equipas pesquisa HUMINT, ao nível dos Comandos Territoriais, dedicadas em exclusivo para esse efeito? Justifique?		
Entrevistados	Segmentos de resposta	
	D.1	D.2
E1	x	-
E2	-	x
E3	-	x
E4	-	x
E5	-	x
E6	x	-
E7	x	-
E8	-	x
E9	x	-
E10	x	-
E11	x	-
E12	-	x
E13	x	-
E14	-	x
E15	-	x
E16	-	x
E17	-	x
E18	-	x
Total	7	11
%	38,88	61,11

Síntese: Com a questão n.º 4, procurou-se perceber se os entrevistados consideravam pertinente a implementação de equipas de pesquisa HUMINT, ao nível dos CTer, dedicadas em exclusivo para esse efeito.

Das respostas obtidas, percebe-se que a maioria dos entrevistados, 61,11%, não considera pertinente a implementação dessas equipas (D.2). Como principais razões, o facto de os recursos atualmente serem escassos e a convicção de que, caso tais equipas fossem instituídas, seria, mais uma vez, com o sacrifício do efetivo dos PTer. Relevante ainda, o facto de que a rentabilização dos meios já ao dispor, que podem ser orientados para a recolha

de informação com base em fontes humanas, ser entendido por muitos dos entrevistados, como suficiente, face às atuais necessidades, na maioria dos CTer. Importa ainda referir, que alguns entrevistados apontaram como positivo, o facto de os militares terem outras funções, o que de certa forma, tem potenciado a recolha de informação pelo dispositivo. Nesse sentido, destacam que seria importante reforçar o efetivo que tem como atribuição específica a pesquisa HUMINT ou aqueles, que por regra, estão mais vocacionados para esse efeito, no caso, o NAO e o NIC, respetivamente.

Apesar da maioria dos entrevistados se ter pronunciado contra a implementação dessas equipas, importa ressaltar que sete dos 18 Oficiais entrevistados (38,88%) referiram que seria uma mais-valia a implementação de tais equipas (D.1). Como principais argumentos, alegam que tal potenciaria a eficácia da pesquisa HUMINT em particular, e o processo de produção de informações da GNR em geral. Alegam ainda que a presença na ZA, de militares com formação e missão específica no âmbito das informações, iria certamente contribuir para o desenvolvimento de uma “cultura de informações” por todo o dispositivo da GNR, o que teria por certo, respaldo na capacidade preditiva da GNR, que gravita em torno das informações.

Quadro 7 – Análise questão n.º 5

5. Que modalidade de ação considera mais adequada, numa eventual implementação de equipas de pesquisa HUMINT nos Comandos Territoriais da GNR? Na resposta, identifique as principais alterações e vantagens relativamente ao que se encontra instituído, bem como eventuais dificuldades.				
Entrevistados	Segmentos de resposta			
	E.1	E.2	E.3	E.4
E1	-	x	-	-
E2	x	-	-	x
E3	-	-	x	-
E4	-	-	-	x
E5	-	-	x	-
E6	-	x	-	-
E7	-	x	-	-
E8	-	-	-	x
E9	-	x	-	-
E10	-	x	-	-
E11	-	x	-	-
E12	-	-	-	x



E13	-	x	-	-
E14	x	-	-	-
E15	-	-	x	-
E16	-	-	x	-
E17	-	x	-	x
E18	-	-	-	x
Total	2	8	4	6
%	11,11	44,44	22,22	33,33

Síntese: Com a questão n.º 5, procurou-se perceber qual a modalidade de ação mais adequada, para uma eventual implementação de equipas de pesquisa HUMINT nos CTer. Na resposta, solicitou-se ainda a identificação das principais alterações e vantagens relativamente ao que se encontra instituído, bem como eventuais dificuldades.

Das respostas obtidas, percebe-se que não existe consenso quanto a uma eventual modalidade, tendo-se identificado quatro possíveis, com base na informação prestada pelos entrevistados.

Como modalidade mais consensual, referida por 44,44% dos entrevistados, surge a implementação dessas equipas especializadas ao nível do CTer e dependência técnica da DI/CO (E.2). Como principal vantagem desta modalidade, o argumento de que a criação de uma equipa dedicada à pesquisa HUMINT, com eventual capacidade para trabalhar outras disciplinas de pesquisa, aumentaria o número de “antenas” de recolha de informação, assumindo o pressuposto que os restantes órgãos no escalão inferior, continuariam a contribuir para o CPI, em regime de acumulação, à semelhança do que é feito na atualidade. A isto, acresce o facto de que o escalão inferior, passaria a ter um órgão no escalão superior imediato, especializado em informações, o que poderia contribuir para a melhoria de todo o sistema, pela centralização inerente, bem como pela uniformização de procedimentos, emissão de normas, recomendações e formação, que poderia assim, ser muito mais frequente, assertiva e personalizada às reais necessidades. Tudo em conjunto, teria como consequência, uma melhoria inevitável, quer ao nível da quantidade, quer ao nível da qualidade da informação obtida. É também apontado o conhecimento mais abrangente e integrado dos fenómenos criminais e sociais na ZA, proporcionado pela concentração destas equipas no CTer, facto que beneficiaria de sobremaneira a capacidade operacional na respetiva ZA, ao potenciar a capacidade preventiva do policiamento efetuado. Como principais dificuldades, a falta de recursos é apontada como incontornável, principalmente ao nível de efetivos.



Como uma segunda modalidade, referida por 33,33% dos entrevistados, é apontada a rentabilização dos meios existentes ao nível do DTer/CTer, aos quais se deverá dar formação e treino em pesquisa HUMINT (E.4). Esta modalidade permite desenvolver essa atividade com maior eficácia, no decorrer do serviço diário, em particular, durante a realização das diversas ações de patrulhamento, seja ele na resposta às ocorrências, ou de outro âmbito, como o policiamento de proximidade. Esta modalidade apresenta como principal vantagem, o facto de não implicar alterações à organização já existente, não exigindo a atribuição de mais efetivo, impulsionando ainda a melhoria em termos de quantidade e qualidade da informação que se poderá obter em contexto HUMINT. A principal dificuldade, passa pela necessidade de juntar o efetivo, por determinado período, a fim de ministrar a necessária formação e treino, o que face à escassez de efetivo “à linha”, será sempre difícil de conciliar.

Uma terceira modalidade, que na verdade, encontra-se já implementada, referenciada por 22,22% dos entrevistados, passa pela rentabilização dos meios existentes ao nível do DTer/CTer, para a realização de ações de pesquisa HUMINT, sempre que tido por necessário (E.3). A grande vantagem nesta modalidade, é a forma expedita de se conseguir a recolha de informação pelo dispositivo, fazendo uso da máxima, de que todo o militar da GNR é um sensor da estrutura de informações. Como principal dificuldade, a falta de formação neste âmbito, acrescido da fraca cultura de informações instituída, principalmente nos escalões mais baixos, com pouca sensibilidade para a recolha de informação e para a importância de proceder à sua transmissão atempada ao escalão superior.

5.2 Entrevista ao Diretor da DI/CO/GNR (nível operacional)

O Diretor da DI/CO/GNR (José Moisés, entrevista via *Windows Teams*, 03 de maio de 2021), identifica a pesquisa HUMINT como o tipo de pesquisa mais relevante que a GNR desenvolve, sublinhando que o faz desde sempre. Reporta ainda a pesquisa HUMINT, como essencial para o alcance de um conhecimento situacional de toda a ZA, o que é extremamente relevante para alcançar uma capacidade preditiva, com efeitos práticos no planeamento de toda a atividade operacional, e que se traduz na sua maior eficácia, bem como no contributo para uma gestão mais eficiente dos recursos ao dispor.

O conhecimento situacional proporcionado pela pesquisa HUMINT, que se reflete na atualidade, através do registo de notícias no SIIOP, é essencial para a produção de conhecimento ao nível operacional, do qual resultam os produtos que servem de apoio ao Comando da GNR e à própria atividade operacional (Moisés, *op. cit.*).



A existência destas equipas, fruto da sua especialização, é sempre pertinente, desde que devidamente direcionado em termos de esforço de pesquisa. Neste contexto, a pesquisa HUMINT, que pode dar um contributo transversal a todas áreas de interesse no âmbito da atividade policial, é especialmente relevante, para as seguintes áreas: terrorismo, do extremismo violento e radicalização; contestação social; insegurança e violência; proteção de infraestruturas (Moisés, *op. cit.*).

No entanto, a implementação de equipas de pesquisa HUMINT ao nível tático, pressupõe a existência de uma estrutura de informações perfeitamente definida, em termos da sua organização, atribuições e dependências, o que não se verifica na atualidade. Por esta razão, implementar equipas de pesquisa HUMINT nesta fase seria prematuro, pois não se conseguiria obter o melhor retorno, perante as falhas na estrutura de base já referidas (Moisés, *op. cit.*).

Relativamente à estrutura de informações a implementar, que poderá sustentar subsequentemente, a implementação de equipas de pesquisa HUMINT, passa por transferir as informações para a área das operações. O objetivo é o desenvolvimento de um planeamento integrado de operações, com suporte nas informações, modalidade que implica a constituição ao nível das Seções de Operações nos CTer, de uma estrutura dedicada em exclusivo à atividade de informações (Moisés, *op. cit.*).

Esta modalidade, terá como principal vantagem, a implementação de uma estrutura que trabalha de forma prospetiva, os fenómenos sociais e criminais, antecipando riscos e ameaças, dentro daquilo que são as diferentes áreas de interesse no âmbito da atividade operacional da GNR. Como principal dificuldade na implementação desta modalidade, no imediato, a escassez de recursos humanos, ao que acresce a posterior dificuldade adveniente da necessidade de ministrar formação específica ao efetivo no âmbito das informações (Moisés, *op. cit.*).

5.3 Síntese conclusiva

O presente capítulo permitiu responder a várias QD, bem como à QC. Relativamente à QD2, que concorre para o OE2, adicionalmente à informação apresentada no capítulo 3, percebeu-se que os militares que integram o NIC, o SPC e as PO, são aqueles, cuja atividade diária, mais se enquadra no âmbito da pesquisa HUMINT.

Quanto à QD3, que concorre para o OE3, através do qual se pretende analisar a pertinência na implementação de equipas especializadas em HUMINT, nas Unidades Territoriais da GNR, verificou-se que apesar de considerarem uma mais-valia a existência



destas equipas, a maioria dos entrevistados não considera pertinente a sua implementação. Como principal razão, a consciência generalizada de que os recursos são escassos, especialmente ao nível do efetivo, acrescido do facto de que a rentabilização dos meios atualmente ao dispor, é medida entendida por suficiente na maioria dos CTer, face às atuais necessidades. Foi ainda destacado que a implementação de equipas de pesquisa HUMINT, antes de se definir claramente a estrutura de informações que se pretende instituir ao nível dos CTer, é prematura.

Na resposta à QD4, que concorre para o OE4, na sequência do qual, se pretende formular diferentes modalidades de ação, para implementação de equipas de pesquisa HUMINT nos CTer, resultou a identificação de quatro modalidades distintas, das quais se salientam duas. Aquela que foi a mais consensual, que propõe a implementação dessas equipas especializadas, numa estrutura dedicada em exclusivo à atividade de informações, ao nível do CTer e dependência técnica da DI/CO. Em alternativa, aquela que, mantendo a estrutura atual, aposta na rentabilização dos meios ao dispor, potenciados pela formação e treino no âmbito das informações.

Por último, a resposta à QC, que contribui para o cumprimento do OG, com o qual se pretende propor um modelo para implementação de equipas de pesquisa HUMINT, nos CTer. Conjugando os contributos prestados pelos Oficiais de Informações (nível tático), com aqueles prestados pelo Diretor da DI (nível operacional), verifica-se uma coincidência na intenção de, perante a existência de condições ideais, ver criada uma estrutura dedicada à atividade de informações nos CTer. Como modalidade possível, a transferência da atual estrutura de informações sobre a alçada das SIIC, para as operações. O objetivo é o desenvolvimento de um planeamento integrado de operações, com suporte nas informações, modalidade que implica a constituição ao nível das SOTRP, de uma estrutura dedicada em exclusivo à atividade de informações, que incluirá, equipas com capacidade para desenvolver, entre outras, a pesquisa HUMINT.

O quadro 8, resume o modelo proposto em resposta ao OG. O modelo tem por referência os três vetores das informações (organização-conhecimento-atividade), sendo que para cada um deles, foram destacadas áreas que, na eventual aplicação do modelo, apontam as necessidades inerentes, que poderão ser entendidas como dificuldades, bem como as consequências supervenientes, que por sua vez, podem ser entendidas como vantagens decorrentes da sua aplicação.



Como principais dificuldades, desde logo, a necessidade de efetivo. Assumindo como referência, que a estrutura a implementar necessitará de pelo menos três militares por CTer, tal implicará a afetação de um total de 54 militares. Como dificuldade subsequente, a necessidade de ministrar formação específica a estes militares, nomeadamente nas vertentes de análise e pesquisa de informação.

Como principais vantagens, a implementação de uma estrutura na ZA do CTer, que trabalha de forma prospetiva, os fenómenos sociais e criminais, antecipando riscos e ameaças, dentro daquilo que são as diferentes áreas de interesse definidas no âmbito da atividade operacional da GNR. Ainda, a melhoria do conhecimento situacional na ZA e por consequência, o melhor apoio à decisão do nível tático e do escalão superior. Também o facto de se poder trabalhar todas as fases do CPI, mesmo que com capacidades mais reduzidas, em comparação com o nível operacional, contribuirá em muito para o aumento da quantidade e qualidade das informações produzidas ao nível tático.

Quadro 8 – Modelo para implementação de equipas de pesquisa HUMINT nos CTer

Nível	Informações		
Tático	Organização	Estrutura orgânica	<ul style="list-style-type: none">• Transferência das informações da SIIC/CTer para a SOTRP/CTer;• Criação de subsecção/ núcleo de informações na SOTRP/CTer
		Efetivo	<ul style="list-style-type: none">• 1 Sargento (Supervisão e análise);• 2 Guardas (Pesquisa HUMINT/OSINT).
		Chefia	<ul style="list-style-type: none">• 1 Sargento
		Dependência hierárquica	<ul style="list-style-type: none">• Chefe de Operações/CTer
		Dependência Técnica	<ul style="list-style-type: none">• DI/CO
		SIGAOp	<ul style="list-style-type: none">• Facilitar e promover a interação do “Patrulheiro” com o SIIOP;• Promover a interoperabilidade do SIIOP com outros sistemas;
	Conhecimento	Produto	<ul style="list-style-type: none">• Apoio à decisão de nível tático e superior;• Conhecimento situacional;• Capacidade preditiva;
		Contributo para as áreas de interesse	<ul style="list-style-type: none">• Terrorismo, extremismo violento e radicalização;• Contestação social;• Insegurança e violência;• Proteção de infraestruturas
		Doutrina	<ul style="list-style-type: none">• NATO (AJP);• Exército (PDE);• Própria (a criar);
		Formação específica	<ul style="list-style-type: none">• HUMINT• OSINT• Análise
	Atividade	Fase do CPI	<ul style="list-style-type: none">• I, II, III e IV (ZA)
		Disciplina de pesquisa	<ul style="list-style-type: none">• OSINT, HUMINT



6. Conclusões

O presente trabalho versa sobre a implementação de equipas de pesquisa na GNR. Face ao objeto do estudo, definiu-se como OG, propor um modelo para implementação de equipas de pesquisa HUMINT, ao nível do dispositivo territorial da GNR.

Relativamente à metodologia empregue, utilizou-se uma estratégia de investigação qualitativa, recorrendo a pesquisa documental, bem como à realização de entrevistas semiestruturadas aos Oficiais de Informações nos CTer da GNR, em Portugal continental, bem como ao Diretor da DI/CO/GNR. Foram ainda entrevistados dois Oficiais da GC, com o objetivo de identificar o modelo de pesquisa HUMINT implementado pela GC, ao nível do seu dispositivo territorial.

Da investigação efetuada, conclui-se desde logo, pela aptidão natural da GNR para a pesquisa e recolha de informação assente em fontes humanas (HUMINT), algo profundamente enraizado na cultura policial da instituição, na qual todo o militar, pelo contacto diário com o cidadão, se constitui como um sensor do sistema de informações. Esta aptidão para a pesquisa HUMINT, tem vindo a ser impulsionada ao longo dos últimos anos, quer pelo desenvolvimento de ferramentas informáticas, que permitem a inserção rápida e partilha oportuna da informação obtida, quer pela aposta em programas especiais de policiamento comunitário, que aumentam a proximidade do militar da GNR com o cidadão, principal fonte de informação.

A abrangência nacional da GNR, promovida por uma extensa implementação territorial, é outro fator que proporciona grande potencial para a pesquisa e recolha de informação. Essa capacidade é reforçada por intermédio de uma estrutura centralizada, a DI, na dependência direta do CO, dedicada em exclusivo à atividade de informações, com recursos próprios e especializados, cuja orientação técnica contribui de forma substancial para colocar a GNR na esfera da *high policing*, abraçando o fim da segurança nacional, integrando em pleno a CI.

O desenvolvimento da atividade de informações na GNR, procura ter cada vez mais reflexo na atividade operacional desenvolvida diariamente, permitindo empregar um modelo de policiamento, também ele, cada vez mais, guiado pelas informações. Tal prática, torna-se especialmente relevante, face à necessidade de gerir parcimoniosamente os recursos, muitas vezes escassos, no sentido de se alcançar a eficácia pretendida, mas da forma mais eficiente possível.



Da análise às entrevistas realizadas, percebeu-se que a atividade de informações da GNR está excessivamente assente na estrutura de IC, procurando fundamentalmente, contribuir para a produção de prova, isto é, trata os fenómenos criminais, somente após a sua ocorrência, o que é redutor, tendo em conta a dinâmica preditiva que se impõe no policiamento guiado pelas informações, apostando na prevenção da ocorrência, pelo acompanhamento e antecipação dos fenómenos.

Por tal, importa a implementação de um modelo que permita criar autonomia na estrutura de informações ao nível tático, modelo esse apresentado no capítulo 5, que no essencial, passa por transferir a atual estrutura das informações nos CTer, da alçada das SIIC para as SOTRP, criando dessa forma uma estrutura dedicada em exclusivo à atividade de informações, na qual se inclui militares especialistas em pesquisa HUMINT.

Como principal vantagem, destaca-se a implementação de uma estrutura que trabalha de forma prospetiva, os fenómenos sociais e criminais, antecipando riscos e ameaças, dentro daquilo que são as diferentes áreas de interesse, no âmbito da atividade operacional da GNR. Como principal dificuldade, no imediato, a escassez de recursos humanos, ao que acresce a necessidade de ministrar formação específica, ao efetivo que vier a integrar a nova estrutura.

Apesar do modelo apresentado, ter por base a modalidade para implementação de equipas de pesquisa HUMINT identificada pela maioria dos Oficiais entrevistados, foi notório a consciência generalizada de que a falta de recursos inviabiliza este tipo de alterações, pelo menos, num futuro próximo. Nessa linha, os entrevistados quando questionados pela pertinência da implementação de equipas de pesquisa HUMINT, ao nível dos CTer, dedicadas em exclusivo para esse efeito, responderam na sua maioria, que apesar de considerarem a existência de tais equipas uma mais-valia, tal não seria pertinente, face à atual escassez de recursos humanos. Contribuiu ainda para essa posição, a convicção de que o modelo atual, com a predominância da atividade de IC sobre a atividade de informações, satisfaz as necessidades atuais da maioria dos CTer.

De sublinhar, no entanto, que a implementação do modelo proposto, a suceder-se, iria ao encontro do que está estabelecido na atualidade, na GC, por tal considerado uma boa prática. Da análise feita ao SI daquela força congénere, destaca-se a autonomia da estrutura de informações até ao nível da *Comandância*, por intermédio dos GIC, operando dessa forma, ao nível tático, com um grupo especializado e dedicado em exclusivo à atividade de informações, o que não se verifica na GNR.



Face as dificuldades apresentadas na implementação do modelo proposto, importa destacar em alternativa, uma das modalidades sugeridas pelo nível tático, para a implementação de equipas de pesquisa HUMINT nos CTer, corroborada pelo nível operacional. Trata-se da opção de rentabilização dos meios atualmente ao dispor, nomeadamente aqueles que no decorrer do presente estudo, foram identificados como os que realizam mais ações passíveis de se enquadrar como pesquisa HUMINT, utilizados para esse efeito, mediante a necessidade, a quem teria que ser ministrada formação e treino, no sentido de potenciar os resultados.

Quanto a limitações no âmbito da investigação desenvolvida, de ressaltar o facto de a matéria relacionada com a estrutura, composição e atividade desenvolvida pelo SI da GC ser classificada, o que impossibilitou trazer ao presente trabalho, informação com maior pormenor, em particular, sobre qual o modelo de pesquisa HUMINT implementado pelo dispositivo territorial da GC.

Como estudo futuro, torna-se necessário perceber modalidades que permitam alocar o efetivo necessário à criação da estrutura de informações proposta nos CTer, podendo-se considerar por exemplo, a transferência de algum efetivo atualmente alocado à atividade de informações, das SIIC para as operações.

Importante ainda, perceber o tipo de formação e treino que se poderá ministrar ao efetivo que desempenha a sua atividade diária no dispositivo territorial, no sentido de potenciar a sua qualidade enquanto sensor do sistema de informações da GNR.



Referências bibliográficas

- Alves, A. C. (2012). *Adivinhar perigos*. Lisboa: Revista da Guarda Nacional Republicana.
- Caetano, M. (1980). *Manual de Direito Administrativo, Tomo I* (10 ed.). Coimbra: Almedina.
- CFSIRP. (2019). *Parecer 2018*. Retirado de https://cfsirp.pt/wp-content/uploads/2019/05/parecer_2018.pdf
- Clemente, P. (2010). Polícia e segurança : breves notas. *Lusíada. Política internacional e segurança*, 4, 139-169. doi:<https://doi.org/10.34628/pfq5-kz27>
- Decreto Regulamentar n.º 19/2008, de 27 de novembro (2008). *Estabelece o número, as competências, a estrutura interna e o posto correspondente à chefia dos serviços directamente dependentes do comandante-geral e dos serviços dos órgãos superiores de comando e direcção da Guarda Nacional Republicana*. Diário da República, 1.ª Série, 19, 8540-8546. Lisboa: Ministério da Administração Interna.
- Despacho n.º 10393/2010, de 22 de junho (2010). *Regulamento Geral do Serviço da Guarda Nacional Republicana*. Diário da República, 2.ª Série, 10393, 33856-33891. Lisboa: Ministério da Administração Interna - Guarda Nacional Republicana - Comando-Geral.
- Despacho n.º 11132/2018, de 11 de novembro (2018). *Definição das unidades orgânicas flexíveis da estrutura de comando da Guarda Nacional Republicana*. Diário da República, 2.ª Série, 229, 31634 - 31642. Lisboa: Administração Interna - Guarda Nacional Republicana - Comando-Geral.
- Despacho n.º 1292/2020, de 29 de janeiro (2020). *Unidades orgânicas flexíveis*. Diário da República, 2.ª Série, 1292, 84-105. Lisboa: Administração Interna - Guarda Nacional Republicana - Comando-Geral.
- Despacho n.º 18/14-OG, de 11 de março (2014). *Define a estrutura para a investigação criminal na GNR*. Lisboa: Gabinete do Comandante-Geral. Guarda Nacional Republicana.
- Despacho n.º 40/20-OG, de 01 de janeiro (2020). *Define a estrutura orgânica interna e atribuições do Comando Operacional da GNR*. Lisboa: Gabinete do Comandante-Geral. Guarda Nacional Republicana.
- Despacho n.º 53/09-OG, de 30 de dezembro (2009). *Define as competências, a estrutura e o efetivo das unidades territoriais da GNR*. Lisboa: Gabinete do Comandante-Geral. Guarda Nacional Republicana.



- Despacho n.º 72/08-OG, de 22 de dezembro (2008). *Define as competências, a estrutura e o efetivo das unidades territoriais da GNR*. Lisboa: Gabinete do Comandante-Geral. Guarda Nacional Republicana.
- EME. (2009). *PDE2-00 Informações, Contra-Informações e Segurança*. Lisboa: Exército Português.
- EME. (2012). *PDE 3-00 Operações*. Lisboa: Exército Português.
- Esparza, D., & Bruneau, T. C. (2019, maio). Closing the Gap Between Law Enforcement and National Security Intelligence: Comparative Approaches. *International Journal of Intelligence and CounterIntelligence*, 32(2), 322-353. doi:10.1080/08850607.2018.1522219
- Fachada, C. P., Ranhola, N. M., Marreiros, J. P., & Santos, L. A. (2020). *Normas de Autor no IUM* (3.ª ed., Vol. 7). Lisboa: Instituto Universitário Militar.
- Fortes, A. J. (2020, 8 de maio). *Informações de segurança versus informações policiais: complementaridade ou sobreposição?* (Trabalho de Investigação Individual do CEMC). Instituto Universitário Militar [IUM], Lisboa.
- George, R. Z. (2008). The Art of Strategy and Intelligence. Em R. Z. George, & J. B. Bruce, *Analyzing Intelligence: Origins, Obstacles, and Innovation* (pp. 107-121.). Washington, DC: Georgetown University Press.
- Gomes, M. d. (2018, 6 de novembro). Mensagem SG SIRP - Um ano de exercício de funções [Página online]. Retirado de <https://www.sirp.pt/pagina/101/mensagem-sg-sirp-um-ano-de-exercicio-de-funcoes>
- Gouveia, J. B. (2018). *Direito da Segurança: Cidadania, Soberania e Cosmopolitismo*. Coimbra: Almedina.
- Graça, P. (2009). *Estudos de Intelligence* [versão PDF]. Retirado de https://www.academia.edu/11866203/ESTUDOS_DE_INTELLIGENCE
- Graça, P. D. (2021). *A Comunidade de Informações e a Estratégia Nacional de Combate ao Terrorismo, o contributo das Forças de Segurança na deteção da ameaça terrorista*. (Trabalho de Pós-Graduação em Gestão de Informações e Segurança). NOVA Information Management School [IMS], Lisboa.
- Guarda Nacional Republicana. (1997). *Manual de Operações - Volume II*. Lisboa: CEGRAF/GNR.



- Guardia Civil. (2021). Guardia Civil [Página online]. Retirado de [https://www.guardiacivil.es/es/institucional/Conocenos/especialidades/Seguridad_d
el_Estado/index.html](https://www.guardiacivil.es/es/institucional/Conocenos/especialidades/Seguridad_del_Estado/index.html)
- Kean, T. H., & Hamilton, L. H. (2004). *The 9/11 Commission Report. The National Commission on Terrorist Attacks Upon the United States*. Retirado de <http://govinfo.library.unt.edu/911/report/911Report.pdf>
- Kent, S. (1965). *Strategic Intelligence for American World Policy* (2 ed.). Hamden, Connecticut: Archon Books.
- Lei n.º 21/2019, de 25 de fevereiro. (2019). *Procede à terceira alteração à Lei n.º 53/2008, de 29 de agosto, que aprova a Lei de Segurança Interna*. Diário da República, 1.ª Série, 39, 1408 - 1415. Lisboa: Assembleia da República.
- Lei n.º 30/84, de 05 de setembro. (1984). *Lei Quadro do Sistema de Informações da República Portuguesa*. Diário da República, 1.ª Série, 206, 2734 - 2738. Lisboa: Assembleia da República.
- Lei n.º 50/2014, de 13 de agosto. (2014). *Primeira alteração à Lei n.º 9/2007, de 19 de fevereiro, que estabelece a orgânica do Secretário-Geral do Sistema de Informações da República Portuguesa, do Serviço de Informações Estratégicas de Defesa (SIED) e do Serviço de Informações de Segurança (SIS)*. Diário da República, 1.ª Série, 155, 4206 - 4221. Lisboa: Assembleia da República.
- Lei n.º 53/2008, de 29 de agosto. (2008). *Aprova a Lei de Segurança Interna*. Diário da República, 1.ª Série, 167, 6135 - 6141. Lisboa: Assembleia da República.
- Lei n.º 63/2007, de 06 de novembro. (2007). *Aprova a orgânica da Guarda Nacional Republicana*. Diário da República, 1.ª Série, 213, 8043-8051. Lisboa: Assembleia da República.
- Lei n.º 9/2007, de 19 de fevereiro. (2007). *Estabelece a orgânica do Secretário-Geral do Sistema de Informações da República Portuguesa, do Serviço de Informações Estratégicas de Defesa e do Serviço de Informações de Segurança*. Diário da República, 1.ª Série, 35, 1238 - 1252. Lisboa: Assembleia da República.
- Lei Orgânica n.º 4/2014, de 13 de agosto. (2014). *Quinta alteração à Lei n.º 30/84, de 5 de setembro, que aprova a Lei Quadro do Sistema de Informações da República Portuguesa*. Diário da República, 1.ª Série, 155, 4194 - 4206. Lisboa: Assembleia da República.



- Ley 9/1968, de 05 de abril. (1968). *Secretos oficiales*. Boletín Oficial del Estado, 84. Madrid: Congreso de los Diputados.
- Ley Orgánica 2/1986, de 13 de marzo. (1986). *Ley Orgánica de Fuerzas y Cuerpos de Seguridad*. Boletín Oficial del Estado, 63. Madrid: Congreso de los Diputados.
- Lowenthal, M. (2006). *Intelligence. From Secrets to Policy* (5 ed.). Washington, DC: CQ Press.
- Moutinho, J. (2016). As informações em Portugal e os contributos da GNR. *Revista de Direito e Segurança*, 7, 99-123). Retirado de <https://cedis.fd.unl.pt/wp-content/uploads/2017/06/Revista-RDeS-n%C2%BA-7.pdf>
- Moutinho, J. B. (2016). *As informações produzidas pelas forças de segurança e a tomada de decisão* (Tese de Dissertação de Mestrado em Direito e Segurança). Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa [FDUNL], Lisboa.
- NATO. (2016a). *AJP-2 Allied Joint Doctrine for Intelligence, Counter-Intelligence and Security* (A 2 ed.). NATO Standardization Office.
- NATO. (2016b). *AJP-2.3 Allied Joint Doctrine for HUMINT*. NATO Standardization Agency.
- OSCE. (2017). *OSCE Guidebook Intelligence-Led Policing* (Vol. 13). Viena: OSCE.
- Portaria n.º 1450/2008, de 16 de dezembro. (2008). *Estabelece a organização interna das unidades territoriais, especializadas, de representação e de intervenção e reserva da Guarda Nacional Republicana*. Diário da República, 1.ª Série, 1450 8845-8854. Lisboa: Ministério da Administração Interna.
- Real Decreto 734/2020, de 4 de agosto. (2020). *Estructura orgánica básica del Ministerio del Interior*. Boletín Oficial del Estado, Sec. I, 211, 63852-63884. Madrid: Ministerio de Política Territorial y Función Pública.
- Sancha, J., Isidoro, J., Brito, R., Parreiras, A., & Silva, C. (2019). O sistema de informações do exército Português: Atualidade e perspetivas de emprego. Em C. Silva (Coord.), & C. Silva (Ed.), *Informações, contrainformação e segurança enquanto instrumentos militares contribuintes para a segurança e defesa nacional* (pp. 59-104). Lisboa: Instituto Universitário Militar [IUM].
- Santos, L. A., & Lima, J. (2019). Cadernos do IUM, 8. *Orientações metodológicas para a elaboração de trabalhos de investigação, 2ª ed., revista e atualizada*. Lisboa: Instituto Universitário Militar [IUM].



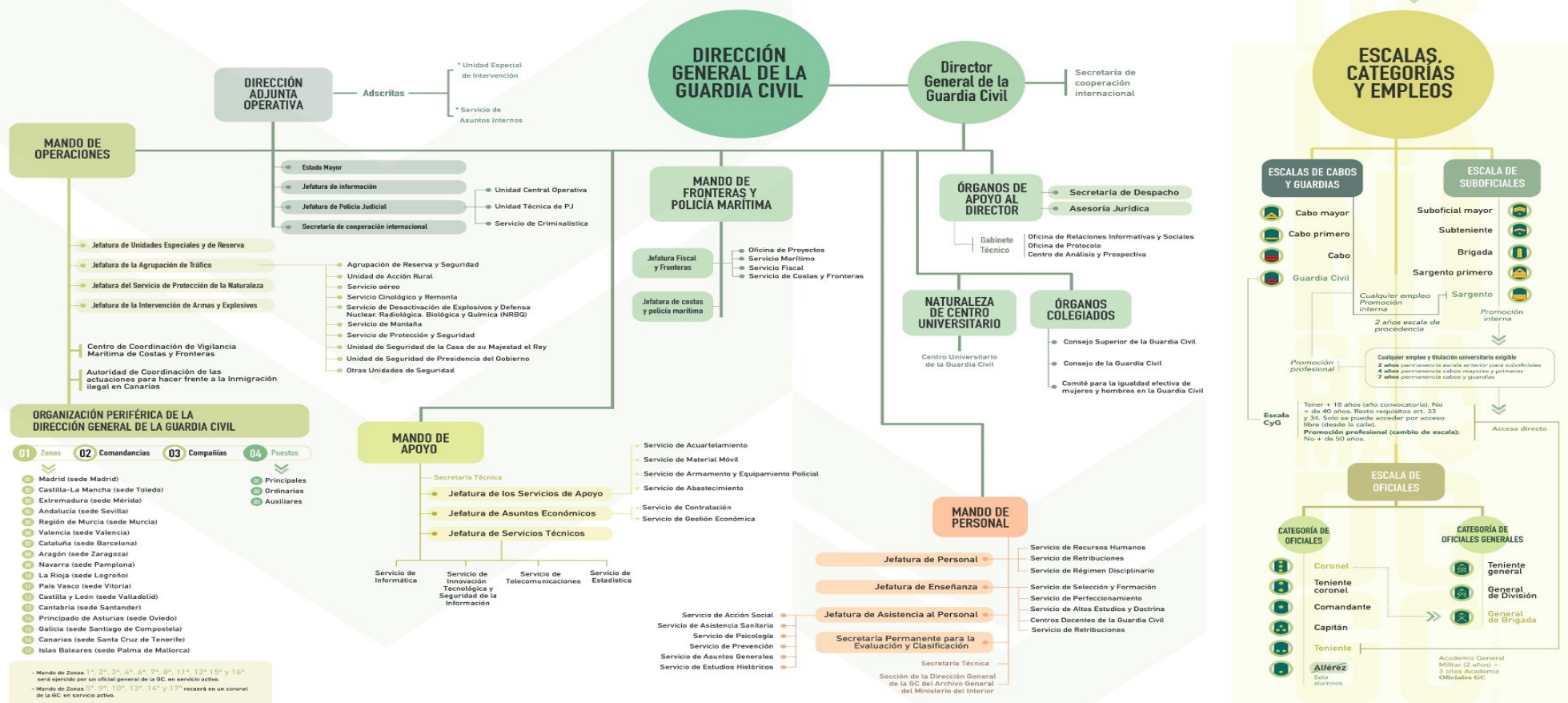
- Santos, P. (2019). Criação de um Intelligence Fusion Center na Força Aérea. Em C. Silva, & C. Silva (Ed.), *Informações, contrainformação e segurança enquanto instrumentos militares contribuintes para a segurança e defesa nacional* (pp. 33-58). Lisboa: Instituto Universitário Militar [IUM].
- SIED. (2021). SIED - Serviço de Informações Estratégicas de Defesa. Retirado de <https://www.sied.pt/quem-somos/o-sied>: <https://www.sied.pt/quem-somos/o-sied>
- Silva, C. (2019, maio). HUMINT - Do conceito ao emprego em contexto militar. *Revista de Ciências Militares*, VII(1), pp. 15-43. Retirado de <https://cidium.ium.pt/site/index.php/pt/publicacoes/as-colecoes>
- Silva, C., & Ribeiro, F. (2018, novembro). As Informações Militares - Um Instrumento de Segurança e Defesa Nacional. *Revista de Ciências Militares*, VI(2), pp. 145-175. Retirado de <https://www.ium.pt/cisdi/index.php/pt/publicacoes/revista-de-ciencias-militares>
- Silva, C., Monteiro, c., Xavier, J., Maurício, A., & Bento, A. (2019, novembro). O papel da HUMINT no contexto atual e futuro de emprego de forças terrestres. Em C. Siva (Ed.), *Informações, contrainformação e segurança enquanto instrumentos militares contribuintes para a segurança e defesa nacional* (pp. 7-32). Lisboa: Instituto Universitário Militar [IUM].
- Wikipédia. (2021). *Sherman Kent* [Página online]. Retirado de https://en.wikipedia.org/wiki/Sherman_Kent#cite_note-6



Anexo A — Organograma da *Guardia Civil*



DIRECCIÓN GENERAL DE LA GUARDIA CIVIL



Fonte: Adaptado a partir de *Guardia Civil* (2021)



Apêndice A — Modelo de análise

Quadro 9 – Modelo de análise

Tema	A implementação de equipas de pesquisa na GNR						
Objetivo Geral	O objetivo geral (OG) deste estudo de caso é propor um modelo para implementação de equipas de pesquisa HUMINT, ao nível do dispositivo territorial da GNR.						
Objetivos Específicos	Questão Central	Que modelo adotar na implementação de equipas de pesquisa HUMINT, pelas Unidades Territoriais da GNR?					
	Questões Derivadas	Conceitos	Dimensão	Variáveis	Indicadores	Estrutura	Técnicas de recolha de dados
OE1 Identificar o modelo de pesquisa HUMINT implementado na <i>Guardia Civil</i> , ao nível do seu dispositivo territorial;	QD1 Qual o modelo de pesquisa HUMINT implementado pela <i>Guardia Civil</i> , ao nível do seu dispositivo territorial?	<ul style="list-style-type: none">- Informações;- CPI;- Pesquisa;- HUMINT;- Operacional;- Tático.	<ul style="list-style-type: none">- CI;- SI;- Espanha;- <i>Guardia Civil</i>	<ul style="list-style-type: none">- Organização;- Conhecimento;- Atividade.	<ul style="list-style-type: none">- Estrutura;- Ações;- Meios;- Fontes;- Produto.	Cap. 4	<ul style="list-style-type: none">- Pesquisa documental;- Entrevistas semiestruturadas a Oficiais da GC Espanhola;
OE2 Identificar ações desenvolvidas pelas Unidades Territoriais da GNR, enquadráveis como pesquisa HUMINT;	QD2 Que ações no âmbito da atividade operacional realizada pelas Unidades Territoriais da GNR, se enquadram como pesquisa HUMINT?		<ul style="list-style-type: none">- CI;- SI;- GNR;- Unidades Territoriais;- Portugal Continental;		<ul style="list-style-type: none">- Ações;- Meios;- Fontes;- Produto.	Cap. 3 Cap. 5	<ul style="list-style-type: none">- Pesquisa documental;- Entrevistas semiestruturadas a Oficiais Chefes SIIC/CTer/GNR;- Entrevista semiestruturada ao DDI/CO/GNR.
OE3 Analisar a pertinência na implementação de equipas especializadas em HUMINT, nas Unidades Territoriais da GNR	QD3 Qual a pertinência na implementação de equipas de pesquisa HUMINT, nas Unidades Territoriais da GNR?		<ul style="list-style-type: none">- Pertinência;- Especializadas.		Cap. 5		
OE4 Formular diferentes modalidades de ação, para implementação de equipas de pesquisa HUMINT, nas Unidades Territoriais da GNR	QD4 Que modalidades de ação poderão ser consideradas, para implementação de equipas de pesquisa HUMINT, nas Unidades Territoriais da GNR?		<ul style="list-style-type: none">- Estrutura;- Alterações;- Vantagens;- Dificuldades.		Cap. 5		



Apêndice B — Guião de entrevista Chefes SIIC/CTer

ENQUADRAMENTO E GUIÃO DE ENTREVISTA

Debatida por diversas vezes a possibilidade de existir uma estrutura de pesquisa de informação em toda a área de responsabilidade da GNR, constituída por elementos com formação específica e atuando de forma coordenada, importa analisar a viabilidade e forma de implementação destas equipas. Pretende-se assim, analisar o Sistema de Informações da Guarda e respetiva estrutura, numa perspetiva de se refletir sobre a importância da criação de equipas de pesquisa HUMINT ao nível do dispositivo territorial, em Portugal Continental, para a melhoria do processo produção de informações na GNR, analisando vantagens e desvantagens na sua implementação.

No seguimento do acima exposto, o trabalho de investigação individual em referência, tem como objetivo geral, apresentar uma proposta de modelo para implementação de equipas de pesquisa HUMINT, ao nível do dispositivo territorial da GNR, caso tal se venha a afigurar como viável e uma mais-valia para a atividade de informações desenvolvida pela GNR.

Questões:

1. Quais os meios atualmente ao dispor nos Comandos Territoriais da GNR, vocacionados e capacitados para realizar ações de pesquisa HUMINT?
2. Que ações realizadas pelo dispositivo territorial da GNR, no âmbito da sua atividade operacional, são passíveis de serem enquadradas como ações de pesquisa HUMINT? Na resposta identifique órgãos/meios empregues na sua execução.
3. Quais as principais fontes no âmbito da pesquisa HUMINT, utilizadas pelo dispositivo territorial da GNR?
4. Considera pertinente a implementação de equipas de pesquisa HUMINT, ao nível dos Comandos Territoriais, dedicadas em exclusivo para esse efeito? Justifique?
5. Que modalidade de ação considera mais adequada, numa eventual implementação de equipas de pesquisa HUMINT nos Comandos Territoriais da GNR? Na resposta, identifique as principais alterações e vantagens relativamente ao que se encontra instituído, bem como eventuais dificuldades.



Apêndice C — Guião de entrevista Oficiais *Guardia Civil*

ENQUADRAMENTO E GUIÃO DE ENTREVISTA

Debatida por diversas vezes a possibilidade de existir uma estrutura de pesquisa de informação em toda a área de responsabilidade da GNR, constituída por elementos com formação específica e atuando de forma coordenada, importa analisar a viabilidade e forma de implementação destas equipas. Pretende-se assim, analisar o Sistema de Informações da Guarda e respetiva Estrutura, numa perspetiva de se refletir sobre a importância da criação de equipas de pesquisa HUMINT ao nível do dispositivo Territorial, em Portugal Continental, para a melhoria do processo produção de informações na GNR, analisando vantagens e desvantagens na sua implementação. Como objetivo Geral, pretende-se apresentar uma proposta de modelo para implementação de equipas de pesquisa HUMINT, ao nível do dispositivo territorial da GNR, caso tal se venha a afigurar como viável e uma mais-valia para a atividade de informações desenvolvida pela GNR.

Atento ao objetivo Geral do trabalho de investigação em curso, acima identificado, pretende-se perceber a forma como a pesquisa HUMINT está implementada ao nível do dispositivo territorial da *Guardia Civil* (GC) em Espanha, na tentativa de recolher a melhor experiência e eventualmente replicar as melhores práticas instituídas.

Questões:

1. Como está estruturado o serviço de informações da GC, ao nível do dispositivo Territorial?
2. Como está estruturada a pesquisa HUMINT ao nível do dispositivo Territorial na GC?
3. Quais são as principais atividades desenvolvidas pelas equipas de pesquisa HUMINT, ao nível do dispositivo Territorial?
4. Quais as principais fontes e meios utilizados para obtenção de informação pelas equipas de pesquisa HUMINT, ao nível do dispositivo territorial?
5. Como é processada, e posteriormente utilizada no âmbito da atividade operacional desenvolvida pela GC, a informação obtida com base na pesquisa HUMINT?
6. Que tipo de formação e treino, é ministrado aos militares que integram a estrutura de pesquisa HUMINT?
7. De que forma, o militar no serviço de policiamento diário, contribui enquanto possível fonte de informação HUMINT, para o serviço de informações da GC?
8. É ministrado algum tipo de formação no âmbito das informações, aos militares que desempenham o serviço diário de policiamento? Em caso afirmativo, explique sucintamente o tipo de formação, a frequência com que é ministrada e a mais-valia daí resultante.



Apêndice D — Guião de entrevista Diretor DI/CO/GNR

ENQUADRAMENTO E GUIÃO DE ENTREVISTA

Debatida por diversas vezes a possibilidade de existir uma estrutura de pesquisa de informação em toda a área de responsabilidade da GNR, constituída por elementos com formação específica e atuando de forma coordenada, importa analisar a necessidade, a consequente mais-valia e o modelo de implementação destas equipas. Pretende-se assim, analisar o Sistema de Informações da Guarda e respetiva estrutura, numa perspetiva de se refletir sobre a importância da criação de equipas de pesquisa HUMINT ao nível do dispositivo territorial, em Portugal Continental, para a melhoria do processo produção de informações na GNR, analisando vantagens e desvantagens na sua implementação.

No seguimento do acima exposto, o trabalho de investigação individual em referência, tem como objetivo geral, apresentar uma proposta de modelo para implementação de equipas de pesquisa HUMINT, ao nível do dispositivo territorial da GNR, caso tal se venha a afigurar como viável e uma mais-valia para a atividade de informações desenvolvida pela GNR.

Questões:

1. Qual o principal contributo da pesquisa HUMINT de nível tático (Comandos Territoriais, em Portugal continental) para o apoio à decisão de nível operacional (conhecimento)?
2. Considerando as áreas de interesse aprovadas (I028757-202101), em quais a pesquisa HUMINT é atualmente mais relevante e em quais tem maior margem de progressão?
3. Considera pertinente a implementação de equipas pesquisa HUMINT, ao nível dos Comandos Territoriais, em Portugal continental, dedicadas em exclusivo para esse efeito? Justifique?
4. Que modalidade de ação considera mais adequada, numa eventual implementação de equipas de pesquisa HUMINT, especializadas e dedicadas, nos Comandos Territoriais, em Portugal continental? Na resposta, identifique as principais alterações à atual estrutura (organização) e vantagens relativamente ao que se encontra instituído, bem como eventuais dificuldades.



Apêndice E — Paineis de entrevistados

Quadro 10 – Paineis de entrevistados

	Identificação	Função	Período
E1	Major Pedro Miguel Afonso Reis	Chefe da SIIC/CTer Aveiro	12 de fevereiro a 5 de março de 2021, via correio eletrónico e via telefónica.
E2	Major Nuno Alexandre Cortez Gonçalves Santos	Chefe da SIIC/CTer Beja	
E3	Major Fernando Miguel Magano Martins	Chefe da SIIC/CTer Braga	
E4	Capitão Pedro Manuel Neto Pino	Chefe da SIIC/CTer Bragança	
E5	Capitão Sérgio Martins Mendes	Chefe da SIIC/CTer C. Branco	
E6	Capitão Joana Raquel da Silva Lourenço	Chefe da SIIC/CTer Coimbra	
E7	Capitão Ricardo Manuel Bravo Pasadas	Chefe da SIIC/CTer Évora	
E8	Major Carlos Manuel Neves Bengala	Chefe da SIIC/CTer Faro	
E9	Major Marco Armando Lourenço de Pina	Chefe da SIIC/CTer Guarda	
E10	Capitão André Barreiro Gonçalves	Chefe da SIIC/CTer Leiria	
E11	Capitão Filipe André Correia Paulino	Chefe da SIIC/CTer Lisboa	
E12	Major João Pedro Fazenda dos Reis	Chefe da SIIC/CTer Portalegre	
E13	Tenente-Coronel Paulo Joaquim Babo Nogueira	Chefe da SIIC/CTer Porto	
E14	Tenente-Coronel Luís Manuel Paulico Serra Patrício	Chefe da SIIC/CTer Santarém	
E15	Major João Paulo Morais Oliveira	Chefe da SIIC/CTer Setúbal	
E16	Major Carlos Manuel Gonçalves Fernandes	Chefe da SIIC/CTer V. do Castelo	
E17	Major Rui Ângelo Rosa de Brito	Chefe da SIIC/CTer V. Real	
E18	Capitão Fábio Emanuel Silva Gonçalves Lamelas	Chefe da SIIC/CTer Viseu	
-	Major Pablo Estevan Barceló	Guardia Civil Espanha	
-	Major David Hurtado	Guardia Civil Espanha	
-	Coronel José Moisés	Diretor da DI/CO/GNR	3 de maio de 2021, Via Windows Teams



Apêndice F — Codificação e segmentos de resposta identificados

Quadro 11 – Codificação e segmentos de resposta

Identificação da pergunta	Segmentos de resposta
1 - Quais os meios atualmente ao dispor nos Comandos Territoriais da GNR, vocacionados e capacitados para realizar ações de pesquisa HUMINT?	A.1 NIC; A.2 NAO; A.3 NIAVE A.4 NAIIC A.5 NPA A.6 SPC A.7 EI A.8 Patrulheiro A.9 Todos os militares
2 - Que ações realizadas pelo dispositivo territorial da GNR, no âmbito da sua atividade operacional, são passíveis de serem enquadradas como ações de pesquisa HUMINT? Na resposta identifique órgãos/meios empregues na sua execução.	B.1 PO; B.2 Ações do NIC; B.3 Ações do NPA; B.4 Ações do SPC; B.5 Ações do NAO; B.6 Ações do NIAVE; B.7 Ações das EI; B.8 Ordem específica para obter algum tipo de informação; B.9 Ordem específica para efetuar algum tipo de vigilância/reconhecimento;
3 - Quais as principais fontes no âmbito da pesquisa HUMINT, utilizadas pelo dispositivo territorial da GNR?	C.1 Interrogatório de arguidos; C.2 Inquirição de testemunhas; C.3 Informadores; C.4 Gestão de contactos; C.5 Vigilância com ou sem meios técnicos; C.6 Reconhecimento; C.7 Patrulhamento/Ações de fiscalização; C.8 População em geral
4 - Considera pertinente a implementação de equipas pesquisa HUMINT, ao nível dos Comandos Territoriais, dedicadas em exclusivo para esse efeito? Justifique?	D.1 Considera pertinente; D.2 Não considera pertinente.
5 - Que modalidade de ação considera mais adequada, numa eventual implementação de equipas de pesquisa HUMINT nos Comandos Territoriais da GNR? Na resposta, identifique as principais alterações e vantagens relativamente ao que se encontra instituído, bem como eventuais dificuldades.	E.1 Implementação local, com equipas especializadas ao nível do DTer e dependência técnica da DI/CO; E.2 Implementação local, com equipas especializadas ao nível do CTer e dependência técnica da DI/CO; E.3 Rentabilização dos meios existentes ao nível do DTer/CTer, para a realização de ações de pesquisa HUMINT, sempre que tido por necessário, sob a dependência técnica da DI/CO; E.4 Rentabilização dos meios existentes ao nível do DTer/CTer, aos quais se deverá dar formação e treino em pesquisa HUMINT, no âmbito da sua atividade diária, sob a dependência técnica da DI/CO;



Apêndice G — Ideias chave de resposta por entrevistado

Quadro 12 – Ideias chave de resposta e segmento de resposta identificado

Pergunta		
1 - Quais os meios atualmente ao dispor nos Comandos Territoriais da GNR, vocacionados e capacitados para realizar ações de pesquisa HUMINT?		
Entrevistado	Ideia chave de resposta	Segmento de resposta
E1	As patrulhas do dispositivo territorial de todas as especialidades (Territorial, Trânsito, SEPNA, SPC, NIC e NAO).	A1; A2; A5; A6; A8
E2	Na base da produção das informações policiais, temos (...) o patrulheiro, que pelo seu contacto de proximidade ao cidadão (...) torna-se na principal ferramenta de pesquisa de informações obtidas através de fontes humanas. Por outro lado, ao nível das informações criminais, a pesquisa de informações em fontes humanas concentra-se sobretudo no Núcleos de Investigação Criminal (...)	A1; A8
E3	Todos os militares (...) deveriam ter a preocupação de os factos com potencial relevância para a atividade policial, serem reportados em tempo, de forma a garantir o seu tratamento e competente análise. (...) Para além do NIC, NAO, EI, Patrulheiro, há Comandos que pela sua dimensão possuem ainda NIC do Comando, normalmente os Comandos Tipo I (...). A questão do patrulheiro, (...) durante o horário de patrulhamento. (...) quem mais tem capacidade para realizar pesquisas, são os militares responsáveis pelas notificações.	A1; A2; A7; A8; A9
E4	(...) os militares em geral afetos à atividade operacional são vocacionados e capacitados (formação base – CFG, cursos de especialidade) para a realização de ações de pesquisa HUMINT. (...) os militares dos NIC, NAO e NIAVE (têm formação específica e realizam HUMINT complementarmente à atividade de investigação Criminal), com atuação “à paisana”, têm um papel muito importante e uma elevada capacidade nesta matéria. Também os NAIIC, em particular através da monitorização e controlo de redes sociais, estão vocacionados para pesquisa HUMINT; Militares dos PTER, desde logo equipas de inquérito (são os elementos que recebem mais queixas crimes e denúncias, logo têm acesso e contacto privilegiado com muitos cidadãos) e patrulheiros, fruto da sua missão diária e contacto permanente com a população em geral têm um grande potencial na recolha de informação e podem ser também empenhados em pesquisa HUMINT (...) Também as restantes equipas/ núcleos de especialidades, designadamente SPC e NPA têm um grande potencial na recolha de informação e HUMINT, fruto do contacto diário e conhecimento das populações e demais entidades.	A1; A2; A3; A4; A5; A6; A7; A8; A9
E5	(...) qualquer elemento da GNR, independentemente do posto ou função, enquanto OPC, no exercício das suas funções ou por causa delas, terá como dever e obrigação o reporte de informações suscetíveis de revelar ou identificar meios, pessoas, locais ou factos ligados a práticas ilícitas, sejam estas do foro criminal ou contraordenacional. (...) pelos NAIIC dos Comandos Territoriais, as notícias recolhidas deverão ser tratadas, confirmando-as e complementando-as, por forma a transformar aquelas em verdadeiras informações (...) No processo de confirmação e pesquisa de notícias junto de fontes humanas, de entre todos os intervenientes até aqui mencionados, sendo parte das suas atribuições e os elementos que o compõem estarem preparados para a executar, o NAO assume o papel de importância superior, (...)	A2; A4; A9
E6	(...) estas ações de pesquisa podem ser desencadeadas, (...), por vários meios dos Comandos territoriais, nomeadamente NIC, NAO, NIAVE, NICCOA, NICAV, SI e até mesmo pelas SPCPC.	A1; A2; A3; A6; A7



E7	Em primeira linha, (...) os Patrulheiros. (...) No patrulhamento diário são efetuadas diversas abordagens ao cidadão, seja em fiscalização seja para dar uma informação, e são nestas intervenções que por vezes o patrulheiro recolhe notícias que são úteis para a atividade policial da Guarda. Numa segunda linha, colocaria os SPC e os NPA (...) Por fim, num último prisma colocaria os NIC, NAO e EII (...)	A1; A2; A5; A6; A7; A8
E8	NIC; NAO; Equipas de inquérito/PTer; Patrulheiro. Todos os descritos nos pontos anteriores, sendo possível juntar outras valências, como por exemplo, as SPEPC. Diria que todo o militar da Guarda, (...) está capacitado para realizar ações de pesquisa HUMINT.	A1; A2; A6; A7; A8; A9
E9	NIC, Equipas de inquérito (Secções de Inquéritos) /PTer e patrulheiros.	A1; A7; A9
E10	(...) destacam-se os patrulheiros, não só dos PTER, como dos NPA e SPC, os militares do NIC, NIAVE e, se implementado, o NAO. Não obstante, todos os restantes militares estão capacitados para pesquisas HUMINT (...)	A1; A2; A3; A5; A6; A8; A9
E11	(...) As pesquisas que são feitas, baseiam-se em ações realizadas por diversos meios da Unidade, mas sem qualquer tipo de formação para o efeito, pelo que a qualidade dessas pesquisas nem sempre é a melhor. Nesta senda, podemos incluir nos meios utilizados quase todas as forças de 1º NEOP, como Patrulheiros, NIC, NAO, NIAVE.	A1; A2; A3; A8
E12	Considero que todos os militares da Guarda são “meios” que podem realizar ações de pesquisa HUMINT, (...). No entanto, o mesmo não se pode dizer relativamente à vocação, à capacidade e habilitação dos militares para a realização deste tipo de pesquisas (...). De qualquer forma, (...) os patrulheiros, assim como os elementos do NIC, SPC, NPA e NAO têm sido os “meios” utilizados para o cumprimento das ações de pesquisa. Porém coloca-se a questão se efetivamente estarão capacitados e vocacionados para realizar eficazmente essa missão.	A1; A2; A5; A6; A8; A9
E13	Temos de partir do princípio que todo militar da Guarda deve constituir-se como órgão de Informações, independentemente da sua missão. No entanto, quando nos referimos a militares vocacionados e capacitados para a pesquisa HUMINT, a situação é um pouco diferente (...), considerando apenas como capacitados os que têm formação específica para esta missão, temos apenas os militares dos NAIIC (...). No entanto, vocacionados para o efeito, podemos considerar (...) o NAO e NIC (...) e outros cujas missões lhes induzem essa potencialidade, tais como os militares das Secções de Inquérito e os militares (...) nomeados para o cumprimento de expediente diverso.	A1; A2; A4; A7; A9
E14	NIC; NAO (IC Operativa); Equipas de inquérito/PTer; Patrulheiro; SPC-PC; NPA; NIAVE; Militares na (...) Reserva/Reforma.	A1; A2; A3; A5; A6; A7; A8
E15	(...) NIC; NAO; Equipas de inquérito/PTer; Patrulheiro. Não obstante aos supra elencados, existe na Guarda a cultura das notícias em que cada militar, independente do serviço que desempenha, é capacitado para pesquisa HUMINT.	A1; A2; A7; A8; A9
E16	No comando territorial o Núcleo de Apoio Operativo (NAO) é por força do despacho 18/14 o órgão competente para proceder à recolha de informações em fontes humanas. Não sendo obviamente suficientes para realizar todas as ações HUMINT necessárias num distrito, (...). Contudo todo o militar da Guarda é uma antena e uma célula sendo extremamente importantes na recolha de informação HUMINT através das várias ações que são efetuadas no patrulhamento, inquéritos ou mesma na Investigação criminal. (...)	A1; A2; A7; A8; A9



E17	(...) a nível do Comando Territorial deveria existir uma equipa especialmente vocacionada para monitorização e difusão de orientações para o registo deste tipo de informação, podendo eventualmente efetuar pesquisas. Assim todos os órgãos deverão fazer pesquisa e registo HUMINT, podendo ser o NAIIC o órgão coordenar na Unidade.	A4; A9
E18	(...) os militares que estão na atividade operacional estão vocacionados e capacitados para efetuarem ações de pesquisa de informações ao seu nível. (...) Acrescento ainda que o resultado da realização de ações de pesquisa de informações é mais visível nos Núcleos de Investigação Criminal (NIC), Secções de Prevenção Criminal e de Policiamento Comunitário (SPC) e nalguns patrulheiros.	A1; A6; A8
Pergunta		
2 - Que ações realizadas pelo dispositivo territorial da GNR, no âmbito da sua atividade operacional, são passíveis de serem enquadradas como ações de pesquisa HUMINT? Na resposta identifique órgãos/meios empregues na sua execução.		
Entrevistado	Ideia chave de resposta	Segmento de resposta
E1	As patrulhas às ocorrências durante o patrulhamento para recolher notícias de movimentos suspeitos numa freguesia assolada por furtos no interior de residência, tem como missão indagar junto de fontes humanas, (...) a presença de alguém ou algum veículo suspeito; O militar do NIC por exemplo para recolher notícia sobre que veículo se faz transportar determinado suspeito indaga junto de um funcionário de empresa rent-a-car se o suspeito alugou algum veículo em determinado período de tempo; O militar do NAO para se certificar de que determinado suspeito vende droga num determinado local, estabelece diálogo de circunstância com qualquer indivíduo nesse mesmo local, (...); O Comandante do Destacamento para planear a segurança a um evento agenda várias reuniões formais (...)	B1; B2; B8; B9
E2	(...) a Patrulha às Ocorrências, aposta na prevenção e na proximidade com o cidadão, (...) a recolha de informações deve estar sempre presente neste tipo de patrulhamento (...). Das ações realizadas para a pesquisa HUMINT, devem também ser considerados os SPC, tendo em conta a proximidade com a comunidade escolar ou com os idosos, bem como as ações de vigilância e recolha de informações realizadas pelos NIC ou NPA cada um na sua vertente, criminal através de informadores ou ambiental pelo contacto determinado sector da população.	B1; B2; B3; B4
E3	Considero que o Patrulhamento mais vocacionado para o contato com o público é o que privilegia as ações de pesquisa, quer ao nível dos Postos, quer dos SPC. A patrulha às Ocorrências, pela sua atividade, não é propensa a isso. Os NIC, NPA e NAO, pelas suas ações mais direcionadas também possuem capacidade para a execução de ações de pesquisa.	B2; B3; B4; B5
E4	Desde logo, a realização de patrulhas em geral, e em especial as patrulhas às ocorrências, deverão incluir nos seus objetivos, além da prevenção e dissuasão, vigilância e pesquisa de informações, em especial fruto do contacto e abordagem das pessoas. (...) a prevenção criminal e a atividade de investigação criminal, boa parte das ações do NIC, NAO, NIAVE e SEPNA (...) são também passíveis de ser enquadradas como ações de pesquisa HUMINT. Também a ação dos SPC, devido à sua proximidade com população específica (idosos e população escolar) são também passíveis de ser enquadradas como ações de pesquisa HUMINT (...)	B1; B2; B3; B4; B5; B6
E5	(...) os patrulheiros do Posto no contacto diário com o cidadão, do NIC/NAT aquando das deslocações aos locais de crime, do NIC/NPA/NICCOA aquando da realização de inquirições/interrogatórios, dos SPC nos contactos com crianças, jovens e professores em ambiente escolar ou idosos em zonas mais remotas ou finalmente o NAO, seja por iniciativa própria, ordem ou solicitação para o efeito.	B1; B2; B3; B4; B5
E6	Na minha opinião, embora considere que são vários os órgãos que podem realizar ações de pesquisa HUMINT, parece-me que as ações desenvolvidas pelo dispositivo territorial só poderão ser consideradas como tal, se a montante dessa ação for definido o objetivo de realizar pesquisa HUMINT (por exemplo, se existir uma ordem específica para obter algum tipo de informação ou efetuar algum tipo de vigilância/reconhecimento).	B8; B9



E7	(...) as patrulhas às ocorrências e as ações do NPA e SPC. (...) no patrulhamento os militares procedem a diversas abordagens pelo que aqui conseguem obter notícias a fim de processar informação útil para a nossa atividade. (...) Neste caso em concreto, os militares podem e devem usar a guia de patrulha para registar as notícias que recolhem de forma que o Comandante de Posto consiga canalizar aquela notícia de forma adequada, não esquecendo naturalmente que estas notícias devem ser carregadas no SIIOP-P. Poderão ser dadas indicações ao NAO e NIC para serem recolhidas notícias através de ações de vigilância e de recolha de imagem e som, (...). No decorrer dos processos de investigação, o NIC recolhe também informação através de informadores, organismos governamentais, administrativos e nacionais e através de forças amigas.	B1; B2; B3; B4; B5; B9
E8	Na área da IC, compete aos militares dos NIC, a recolha de informação tendo em vista a produção de prova para os processos em investigação e/ou identificação a montante de suspeitos / autores dos delitos investigados. Esse processo é na maioria das vezes obtido através de HUMINT (...)	B2
E9	Toda a atividade policial de contato com a população desenvolvida pela GNR, com especial relevância as ações de policiamento de proximidade realizadas pelos SPC's, patrulhamento e ações de fiscalização.	B1; B4
E10	As missões que mais contribuem para a pesquisa HUMINT são as patrulhas policiais e/ou patrulha às ocorrências. Além disso, muitas das patrulhas realizadas pelo NPA e SPC, assim como determinadas diligências efetuadas pelo NIC e, apesar de forma mais específica o NIAVE, são fontes importantes para pesquisas HUMINT. No caso do CTer Leiria, por não ter o NAO constituído, não é aplicável. No entanto, considera-se que é igualmente uma imprescindível forma de pesquisa, motivo pelo qual estão a ser desenvolvidos para a sua implementação e capacitação. (...)	B1; B2; B3; B4; B5; B6
E11	(...) a atividade diária das Patrulhas, enquanto missão de policiamento de proximidade, pode ser enquadrada em ações de pesquisa HUMINT. Aqui deve ser também tido em conta a maior parte das ações dos SPC, uma vez que têm um contacto muito próximo com diversas entidades civis. Outras ações podem ser enquadradas neste tema, como a projeção de equipas IC com ordens específicas de pesquisa de informações.	B1; B4; B8
E12	A atividade diária da Guarda deveria consistir em grande parte na realização de ações de pesquisa HUMINT, pois estas ações são uma forma de recolher informação juntos de fontes "Humanas", ou seja, junto do cidadão. (...) a maioria das ações HUMINT que se realizam, por exemplo no decurso duma patrulha, resultam da iniciativa dos militares (...) ou então porque a missão definida pelo superior hierárquico foi efetivamente recolher informação sobre determinada situação ou apenas a recolha de "notícias" para inserção no SIIOP-P. (...) os elementos afetos ao policiamento de proximidade (SPC), responsáveis por ações de fiscalização (por exemplo o NPA), elementos que se encontrem afetos à estrutura de investigação criminal e que sejam responsáveis pela elaboração de inquéritos, nos quais é necessária a realização de diligências de investigação, serão porventura aqueles que mais ações de pesquisa HUMINT realizam.	B2; B3; B4; B8
E13	Toda e qualquer ação do dispositivo que implique interação pessoal com os cidadãos e que são muito diversificadas, sejam elas no âmbito do patrulhamento territorial, de trânsito, ambiental, investigação criminal, etc... Com especial responsabilidade nesta matéria temos os órgãos da investigação criminal (despacho 18/14). No entanto, refira-se que nenhum destes militares recebeu formação em pesquisa HUMINT. (...) Assim, verifica-se alguma tendência a que as informações recebidas, sejam processadas numa lógica de investigação criminal e não de Informações. (...) Os principais meios empregues são os relatórios de notícias e a utilização do separador notícias.	B1; B2; B3; B4
E14	Recolha de Informação durante as Patrulha às Ocorrências; Vigilância da IC Operativa - recolha de informações; Patrulhamento e fiscalização por parte dos NPA; Ações de sensibilização, patrulhamento Comunitário, e ações no âmbito dos programas dos SPC-PC; Entrevista e Interrogatório no âmbito de processos-crime dos Inquéritos e NIAVE.	B1; B2; B3; B4; B5; B6; B7



E15	As ações poderão ser planeadas ou simplesmente inopinadas, designadamente: Patrulha às Ocorrências; Ações do NIC, NPA, SPC, NAO; Ordem específica para obter algum tipo de informação ou efetuar algum tipo de vigilância/reconhecimento;	B1; B2; B3; B4; B5; B8; B9
E16	(...) informação que vai existir uma manifestação sobre qualquer tema, (...) ações são efetuadas ao nível do PTer, recolha de informação de âmbito Geral, falar com o organizador, com a camara, perceber com o presidente da junta a problemática em questão. No dia da manifestação por exemplo para sinalizar elementos da organização, elementos agitadores, ações desenvolvidas pelos manifestantes que saem do normal, são utilizados elementos da IC, NIC ou NAO dependendo das circunstâncias. (...) Depois temos as ações normais de patrulhamento em que os militares numa simples conversa com o cidadão estão a proceder à recolha de informação. As SPC têm um papel muito importante nesta recolha de informação HUMINT pois criam uma relação de confiança com os comerciantes, idosos, presidentes de junta que por norma são excelentes fontes de informação humana. Mas qualquer militar numa ação de fiscalização pode e deve proceder à recolha de informação humana, (...)	B1; B2; B4; B5; B8
E17	Todas as atividades nas quais haja contato com o cidadão julgo que poderão ser enquadradas como previsíveis ações HUMINT (Patrulha às Ocorrências; Ações do NIC, NPA, SPC, NAO; Ordem específica para obter algum tipo de informação ou efetuar algum tipo de vigilância/reconhecimento) acrescentando as diligências de inquérito (Secções de inquéritos), (...)	B1; B2; B3; B4; B5; B7; B8; B9
E18	(...) De uma forma mais genérica, o patrulhamento diário das patrulhas de ocorrências e do SPC, quando direcionados para zonas mais isoladas e no seu contato direto com a população, vai procedendo à recolha de informação que, num conceito mais genérico, podem ser qualificadas como ações de pesquisa, principalmente porque nestes locais existe uma grande discrepância entre a criminalidade denunciada e a criminalidade existente. Acrescenta-se ainda que existem programas especiais de policiamento de proximidade, como o caso do Interlocutor Local de Segurança, que poderão ser consideradas como importantes ações de pesquisa de informação. Porém, num sentido mais específico e concreto, são as ações dos militares do NIC na investigação de determinados crimes que vão direcionando a recolha de informação para determinadas pessoas ou fenómenos. (...) as ações do NAO que, nas suas ações de vigilância e reconhecimento, executam uma verdadeira pesquisa de informação, através da observação direta ou pelo uso de meios técnicos.	B1; B2; B4; B5
Pergunta		
3 - Quais as principais fontes no âmbito da pesquisa HUMINT, utilizadas pelo dispositivo territorial da GNR?		
Entrevistado	Ideia chave de resposta	Segmento de resposta
E1	(...) informadores, gestão de contactos, sendo que, por norma as fontes são conhecidas, e o ambiente em que acontece é conhecido e planeado, possuindo maior grau de confiança nas notícias. No decorrer da realização do patrulhamento, das inspeções judiciais ao local do crime e no decurso de inquirições e interrogatórios a recolha de notícias também ocorre, aproveitando-se a pessoa no local e da vontade em colaborar (...) e reconhecimentos a locais para o planeamento de operações,	C1; C2; C3; C4; C6; C7; C8
E2	(...) a malha de dispersão do dispositivo da GNR torna-se uma mais-valia para a recolha e pesquisa de informações, sendo a gestão de contactos a principal fonte no âmbito da pesquisa HUMINT.	C4



E3	(...) Interrogatório/entrevista; Informadores; Gestão de contactos; Vigilância com ou sem meios técnicos; Reconhecimento. Existe, contudo, um privilégio para a rede de informadores e de contactos (...) atendendo ao constrangimento de meios materiais, para desenvolver por vezes outras tipo de acompanhamento de indivíduos ou situações.	C1; C3; C4
E4	A principal fonte será primordialmente o contacto e diálogo/ entrevista com pessoas que têm ou poderão ter informação suscetível de ser do nosso interesse – seja a população em geral (pesquisa generalizada), seja uma rede de informadores (fenómeno específico), seja uma vítima ou um suspeito. A vigilância de locais e pessoas, bem como recolha de som e imagem (legalmente obtida nos termos do CPP, quando tal for exigido) serão também uma importante fonte de HUMINT. (...)	C1; C2; C3; C5; C7
E5	(...) o registo na guia de patrulha da informação recolhida pelo patrulheiro no decurso de uma patrulha poderá ser considerado como tal, assim como a elaboração de um relatório de informação realizado pelo SPC. No entanto considero como principais fontes de pesquisa o contacto regular com informadores e a execução de inquirições/interrogatórios.	C1; C2; C3
E6	No âmbito destas ações, são utilizadas mais frequentemente a entrevista/interrogatório e a vigilância, e também o reconhecimento. Os informadores, embora nem sempre existam, são uma mais-valia neste tipo de ações.	C1; C3; C5; C6
E7	As principais fontes no âmbito da pesquisa HUMINT recaem essencialmente no contacto com o cidadão e com aquilo que é observado pelo patrulheiro no decorrer do policiamento ou em ações que impliquem abordagens ao cidadão. (...) através de diligências em que se socorre ao interrogatório ou à entrevista são também recolhidas notícias (...) No âmbito da atividade da IC, os informadores (...)	C1; C2; C3; C7
E8	Interrogatório/entrevista; Informadores; Vigilância com ou sem meios técnicos; Reconhecimento (...)	C1; C2; C3; C5; C6
E9	A população em geral que vai conversando com os Guardas, Informadores (descrições informais), reconhecimento aquando de suspeitas de crime.	C3; C6; C7
E10	(...) o policiamento de proximidade através de contacto com os cidadãos, as inquirições e interrogatórios, os próprios denunciante que, decorrente da confiança ou proximidade com os militares, dão a conhecer informação pertinente e de forma sistemática, ações de reconhecimentos e vigilâncias, entre outras.	C1; C5; C6; C7
E11	(...) as principais fontes utilizadas pelo dispositivo baseiam-se em gestão de redes de contactos, informadores e vigilâncias/reconhecimentos. De relevar que as vigilâncias/reconhecimentos só são efetuadas quando existe projeção de meios IC para pesquisa de informações.	C3; C4; C5; C6
E12	(...) o patrulhamento de proximidade e o contacto direto das patrulhas com o cidadão, no estabelecimento de relações de confiança com informadores e gestão de contactos serão a maior fonte de pesquisa HUMINT, (...)	C3; C4; C7
E13	(...) A principal forma são os contactos informais que permitem obter “informadores”. Estes podem derivar de inúmeras atividades, destacando-se os contactos estabelecidos a margem de diligências processuais no âmbito de inquéritos e na resolução de expediente das mais diversas autoridades administrativas ou judiciais.	C3
E14	Interrogatório/entrevista; Patrulhamento Comunitário e contacto próximo com a população (Informadores); Técnicas de Seguimento e Vigilância; Reconhecimento Presencial.	C1; C2; C3; C5; C6; C7
E15	As principais fontes são os informadores e a gestão de contactos.	C4; C5
E16	(...) a principal fonte de informação HUMINT é através da gestão de contactos (...) Ao nível da investigação criminal os informadores são uma forma de recolha de informação HUMINT (...) O interrogatório e as inquirições são por norma locais privilegiados para se conseguir extrair e recolher informação das pessoas. As vigilâncias são um método ao qual recorremos quando já temos um alvo ou um objetivo	C1; C2; C3; C4; C5; C7



	específico, (...). Por norma qualquer ação de um militar da GNR no exterior é uma ação de recolha de Informação HUMINT, o patrulhamento por si só tem como objetivo principal a recolha de informação.	
E17	Ações de fiscalização.	C8
E18	A GNR, no que concerne a fontes de pesquisa, apresenta quatro níveis de intervenção: o primeiro nível diz respeito ao uso das patrulhas de ocorrências, dos SPC, aqui a intervenção resulta diretamente do uso de patrulhamento de proximidade, num contacto direto com a população; o segundo nível, diz respeito às equipas de Inquéritos dos postos, que através das diligências dos inquéritos crimes, como sejam, os interrogatório/entrevista do arguido, as inquirições das testemunhas vão recolhendo diversa informação criminal; o terceiro, será da responsabilidade da estrutura de IC, através do uso dos NIC na recolha de informação, que se baseia essencialmente no uso de informadores e no uso de interrogatório/entrevista dos arguidos e nas inquirições de testemunhas; o quarto e último nível, com uma maior abrangência e especificidade, estão os Núcleos de Informação e Investigação Criminal (NAIIC), onde as fontes se refletem essencialmente através de OSINT e os NAO a recolha de informação baseia-se no decorrer de vigilâncias, através da observação direta ou por uso de outros meios técnicos.	C1; C2; C3; C5; C7
Pergunta		
4 - Considera pertinente a implementação de equipas pesquisa HUMINT, ao nível dos Comandos Territoriais, dedicadas em exclusivo para esse efeito? Justifique?		
Entrevistado	Ideia chave de resposta	Segmento de resposta
E1	Considero pertinente. As equipas HUMINT seriam uma mais-valia para a recolha de informações policiais, nomeadamente para a prevenção de crimes de perigo comum e prioritários, designadamente de terrorismo, manifestações desordeiras (como por exemplo os Grupos Organizados de Adeptos), e associações criminosas (como por exemplo os <i>Hells Angels</i>). Considerando que existe défice de militares as atividades acima referidas de informações são desenvolvidas pelos militares dos Núcleos de Investigação Criminal.	D\1
E2	Não, a base da recolha de informações está nos patrulheiros, as equipas de pesquisa HUMINT ao serem implementadas, perde-se o contacto de proximidade ao cidadão e com os diferentes setores de atividade, pelo que a criação destas equipas especializadas, no meu ponto de vista, afetaria não só a quantidade, como também a qualidade das informações recolhidas.	D2
E3	Considero que seria pertinente o redimensionamento em termos meios humanos da estrutura de IC, à realidade de cada um dos Comandos e à ZA de cada Destacamento. Existe muita pertinência de uma maior ligação da HUMINT à IC e na criação de canais de recolha, análise de notícias/informação. A constituição de equipas dedicadas a HUMINT seria oneroso em termos humanos, para a Guarda.	D2
E4	Num contexto ideal e de recursos ilimitados, obviamente poderia ser uma mais-valia. Porém, na realidade atual, de limitação de recursos, tal não se afigura viável. Por outro lado, entendendo até que, as equipas de pesquisa ao terem outras funções poderão ter um maior potencial de recolha de informação, porquanto têm um maior contacto com população, com diferentes realidades, o que pode até beneficiar a pesquisa HUMINT. Havendo possibilidade, poderiam era ser reforçadas as equipas de IC, em particular o NAO, para complementar a pesquisa que não pode ser efetuada por elementos “fardados”. (...)	D2
E5	Não. Considero que essa missão deve continuar, como até aqui, nas atribuições do NAO, no entanto para que tal aconteça, tem que obrigatoriamente este órgão ser reforçado e ajustado com meios humanos e dotado nesse âmbito com uma melhoria da componente de treino e formação no que respeita às orientações técnicas.	D2
E6	Considero que isso seria uma mais-valia, partindo do pressuposto que teriam formação específica e adequada para esse efeito, potencializando assim a eficácia das ações de pesquisa HUMINT.	D1



E7	Sem dúvida que a implementação de equipas HUMINT nos Comandos Territoriais seria uma mais-valia para a recolha de notícias, já que estas são um suporte importante para o policiamento efetuado através das informações. É fácil depreender que um policiamento direcionado através da recolha de informações é mais eficaz no tocante à prevenção criminal, podendo auxiliar a criar modelos de policiamento adequados para a realidade da zona de ação do Comando Territorial (...)	D1
E8	Não creio que a criação de equipas específicas de pesquisa ao nível dos comandos sejam uma necessidade premente ou uma mais-valia. A obtenção de informação de fontes humanas implica confiança e proximidade. Uma equipa centralizada num comando, responsável por uma área de nível distrital, não consegue reunir estes requisitos em toda a área do dispositivo. Como tal a obtenção de informação das fontes humanas, tem de ser efetuada localmente, pelo militar da Guarda mais habilitado (em função da sua proximidade à fonte e confiança que esta tem no militar) em cada momento.	D2
E9	Considero que tem de haver formação no CFG e restantes cursos de especialização e promoção e, principalmente, sensibilização dos recursos humanos disponíveis atualmente na GNR para a “cultura das informações” na GNR. No entanto, considero que seria uma mais-valia importante criar uma equipa com estas funções, uma célula a nível do CTer, que permitiria focar-se na recolha de informações específicas, por exemplo, relacionadas a determinados tipos de eventos, períodos específicos ou fenómenos locais, o que não se consegue facilmente através do restante efetivo uma vez que esta missão é executada no decorrer de outras missões com outros objetivos. (...)	D1
E10	Sim. A atividade operacional gravita em torno das informações e, como tal, torna-se de todo pertinente a dotação de capacidades de pesquisa, tratamento, análise e difusão de informação, de acordo com o princípio da necessidade de saber. Essa pesquisa deve começar, desde logo, nos escalões mais baixos do dispositivo, nomeadamente nos PTER, e ser transversal a todo o dispositivo, até ao Comando da Guarda. A informação é tão detalhada quanto a proximidade local e, tão abrangente, consoante a área de influência do órgão que a obtém. Só o estudo transversal da informação a torna completa e validada. Neste sentido, sem prejuízo de todo o dispositivo estar capacitado e sensibilizado para a pesquisa HUMINT, deverá haver militares que se dediquem em regime de exclusividade (...)	D1
E11	Será bastante pertinente a criação destas equipas ao nível do CTer. A criação destas equipas, na dependência do Oficial de Informações, consegue dar uma capacidade de pesquisa de informações por efetivos devidamente formados e dedicados a estas temáticas, melhorando a qualidade da informação recolhida. Estas equipas podem dar ainda maior capacidade de manobra neste âmbito, uma vez que não haverá uma necessidade de empenhamento de meios de outras estruturas.	D1
E12	No caso em concreto do CTER Portalegre julgo que não ser pertinente a implementação efetiva de equipas dedicadas exclusivamente à pesquisa HUMINT, pois considero que essa missão pode ser atribuída aos elementos que integram a estrutura de IC. Por outro lado, sempre que necessário tratar uma situação esporádica a SIIC tem a capacidade para constituir equipas eventuais que podem, entre outras missões, realizar ações HUMINT. (...)	D2
E13	Sim, considero. Para que haja verdadeira pesquisa HUMINT, é necessário que haja formação específica e definição de metodologias de reporte e processamento devidamente sistematizadas e coordenadas em todos os escalões de comando. É necessário que alguém sinta que essa é a sua principal responsabilidade e não uma responsabilidade secundária.	D1
E14	De forma exclusiva não considero pertinente (...), relevante seria ministrar formação aos militares que diariamente se encontram no terreno, de como efetuar a correta recolha e registo da informação. A recolha de informação de HUMINT já se encontra consagrada na missão dos SPC-PC, secção esta que para cumprir o desígnio de uma correta recolha e registo, tem a necessidade de ser reforçada em meios humanos e formação específica.	D2



E15	Considero pertinente a pesquisa HUMINT através da atual organização da Guarda, uma vez que cada militar da Guarda se constitui uma fonte válida de recolha de informações. A criação de equipas destinadas exclusivamente para este fim, seria sempre feito à custa do efetivo dos Postos Territoriais, os quais estão já bastante deficitários.	D2
E16	Os Comandos Territoriais já têm equipas específicas para a pesquisa HUMINT, o NAO, não são só dedicados a essa função, mas acho que o modelo que temos cumpre a sua função. (...)	D2
E17	Julgo que criar exclusivamente para este efeito não seria oportuno, sim inserido no NAIIC ou SOTRP especialmente vocacionados para monitorizar e emanar orientações, a insuficiência de registos HUMINT ocorre por falta de meios para registar facilmente.	D2
E18	Atendendo à realidade do Comando Territorial de Viseu, de uma forma geral, penso não haver essa necessidade, pelo menos a tempo inteiro, no entanto, em casos concretos e específicos, tento em conta certas tipologias de crimes/fenómenos que a miúdo vão acontecendo, poder-se-á criar momentaneamente uma equipa. Na minha opinião, antes de criar estas equipas dedicadas em exclusivo à pesquisa de informação, dever-se-ia fomentar uma verdadeira cultura de recolha e tratamento de informação por parte dos efetivos que executam o patrulhamento de proximidade.	D2
Pergunta		
5 - Que modalidade de ação considera mais adequada, numa eventual implementação de equipas de pesquisa HUMINT nos Comandos Territoriais da GNR? Na resposta, identifique as principais alterações e vantagens relativamente ao que se encontra instituído, bem como eventuais dificuldades.		
Entrevistado	Ideia chave de resposta	Segmento de resposta
E1	As equipas de pesquisa HUMINT deveriam ser equipas especializadas sob o Comando direto do Oficial de Informações sediado no CTer e sob a dependência técnica da DI/CO. As informações, ao contrário da IC não tem que realizar processos-crime na dependência funcional do MP, pelo que a centralização do Comando permite um maior controlo na forma como são recolhidas as notícias e as ações a desenvolver não se limitam a fronteiras administrativas dos DTer, podendo extravasar as do CTer. Neste modelo seria importante integrar o Comandante Destacamento através de participação colaborativa, por forma a veicular informação complementar que esteja na posse dos Postos e haver um compromisso para o objetivo a atingir por parte das Informações. Não se vislumbram dificuldades neste modelo proposto, visto que os militares da Patrulha atualmente carregam notícias no separador notícias do SIIOP P, sendo que, a participação colaborativa do Comandante de Destacamento nos objetivos a alcançar ao nível das informações, faz com que se planeie o direcionamento do patrulhamento para a recolha de informações de forma complementar ao das equipas especializadas sedeadas nos CTer.	E1
E2	A serem implementadas equipas de pesquisa HUMINT, a sua implementação teria de ser a nível local, com equipas especializadas e autónomas ao nível dos DTer, sob comando direto do Cmdt DTer e dependência técnica da DI/CO. Aproveitando os meios já existente ao nível do DTer/CTer, como os SPC, aos quais se deverá dar formação e treino na obtenção de informação com base na pesquisa HUMINT, no âmbito da sua atividade diária, sob a coordenação técnica da DI/CO.	E2; E4
E3	(...) maior importância à área das Informações e ao processo de recolha, análise e resultados. É importante que todos os militares reconheçam a pertinência da pesquisa de Informações. Aumentando essa capacidade de recolha, rentabilizar os meios existentes ao nível dos Postos/DTer (incluindo os NIC), para ações de recolha/confirmação/ações HUMINT. (...)	E3
E4	Rentabilização dos meios existentes ao nível do CTer e DTer, para a realização de ações de pesquisa HUMINT, sempre que tido por necessário, por iniciativa do Cmdt DTer, Chefe da SIIC ou do Cmdt CTer. Se possível reforçar os NAO e atribuir-lhes missões específicas de pesquisa HUMINT, quando tal não for possível por outros órgãos ou as circunstâncias o justifiquem. Afetar ao NAO equipamentos e meios tecnológicos	E3; E4



	suficientes para realização desse trabalho. Aumentar a formação e treino ao efetivo existente na obtenção de informação com base na pesquisa HUMINT, no âmbito da sua atividade diária, sob a coordenação técnica da DI/CO. Criar um módulo intensivo HUMINT a ser ministrado nos Cursos de Formação de Guardas. Vantagens: não implica grande alteração no modelo atualmente vigente, será apenas um refinar do mesmo e aumento da capacidade dos NAO enquanto equipa.	
E5	(...) ao invés da criação de um novo órgão e eventualmente uma nova estrutura, dispersando meios humanos e materiais, a rentabilização dos meios já existentes no CTer, nomeadamente do NAO, com um eventual reforço de meios humanos, sob comando direto do Chefe da SIIC e dependência técnica da DI/CO. Tal modalidade só traria vantagens do ponto de vista operacional, pois é quem conhece a realidade local, num adequado empenhamento e direcionamento de meios, sob o ponto de vista técnico e numa perspetiva nacional ao nível da coordenação, com criação de doutrina, orientações técnicas, formação e treino.	E3; E4
E6	Penso que a modalidade mais adequada e eficaz seria a implementação local, com equipas especializadas e autónomas ao nível do CTer, sob comando direto do Chefe SIIC/CTer e dependência técnica da DI/CO. A alteração seria a implementação de uma equipa que atualmente não existe, e que teria capacidade para exercer ações de pesquisa HUMINT em exclusividade. A dependência direta do chefe da SIIC, e implementação desta equipa ao nível do CTer, permitiria um conhecimento mais amplo da criminalidade ocorrida na ZA (...)	E2
E7	A modalidade de ação mais adequada para implementar uma equipa de pesquisa HUMINT nos CTer, (...) será estas equipas serem integradas na SIIC, no âmbito das Informações (...). Estas equipas ficariam sob comando direto do Chefe de SIIC, com dependência técnica da DI/CO com a missão de recolha de informação e tratamento das notícias recolhidas pelas Subunidades com o intuito de se proceder a uma análise dos fenómenos criminais da ZA do CTer. Esta estrutura seria composta por dois núcleos: um responsável pela pesquisa de informações e outro pelo tratamento das informações. (...). Atualmente compete ao NAIIC fazer o tratamento da informação que é recolhida pelas Subunidades dos CTer, se realmente fosse constituída uma equipa HUMINT numa SIIC, teríamos a vantagem do NAIIC se concentrar na sua missão primordial, que é a análise de informação em apoio aos processos de investigação criminal. Em suma, teríamos uma equipa que poderia dedicar-se à área das informações, com vantagens que se traduzem na boa recolha de informação que, sobremaneira, aumentaria a qualidade da investigação criminal de um determinado CTer. As dificuldades que poderiam surgir remetem para o efetivo, visto que cada vez mais assistimos a um decréscimo de efetivo na estrutura da IC, pelo que não seria fácil em primeira linha termos um efetivo adstrito somente a equipas HUMINT, visto que há uma enorme falta de efetivo na área operativa da IC. Importa frisar também a área da formação nesta temática, já que os militares que fossem integrados teriam de receber formação específica sobre a área das Informações e como é do conhecimento geral, a formação nesta área está estagnada no seio da Guarda.	E2
E8	Considero mais adequada a rentabilização dos meios existentes ao nível do DTer/CTer, aos quais se deverá dar formação e treino na obtenção de informação com base na pesquisa HUMINT, no âmbito da sua atividade diária, sob a coordenação técnica da DI/CO. Por um lado, porque não implica alterações à estrutura existente e por outro porque não implica a afetação de recursos em exclusivo para finalidade desejada, o que identifico como uma vantagem. A sua implementação está assim, apenas dependente da eventual formação que fosse necessário ministrar por forma a capacitar os militares para a causa. A falta desta formação poderá assim ser considerada uma dificuldade, formação esta que deverá ficar a cargo do canal técnico definido.	E4
E9	Implementação local de uma “célula de informações”, com equipas especializadas e autónomas ao nível do CTer, sob comando e direção conjunta dos Chefes da SOTRP e da SIIC e dependência técnica do CO (dependência técnica conjunta da DIC e DI conforme o assunto a tratar).	E2
E10	Para a implementação de equipas de pesquisa HUMINT, a orgânica deveria sofrer alterações significativas, em toda a sua estrutura. Desde logo, ao nível dos PTer, deverá haver um incremento ainda mais veemente para a cultura das informações, dando a conhecer os resultados do	E1



	esforço dos militares, envolvendo-os no sucesso das suas missões. Desta forma é potenciada a pesquisa, sem desfalcar o já escasso efetivo disponível nos PTER. Ao nível dos DTER, deveria ser criada uma equipa de pesquisa HUMINT que, a par com o NIC, trabalhariam mutuamente em coordenação e sinergia de esforços. Sem grande impacto ao nível da afetação de recursos humanos, seria um primeiro filtro às informações colhidas pelo dispositivo do DTER, apoiando o NIC nas suas investigações. Ao nível do CTER, criar a Secção de Informações (SI). É já sabido que Informações, é diferente de Operações e é igualmente diferente de IC. Apesar da necessária correlação, são áreas completamente distintas, mas, ainda muitas vezes confundidas. Com as SI ao nível do CTER, ao nível das restantes Secções, são colhidas e tratadas todas as pesquisas HUMINT do CTER, mantendo a necessária interligação entre a Unidade e a DI/CO. Além disso, poderia ser a SI a ficar responsável pela área da Segurança e matéria classificada (...). Neste momento, além de ser difusa a responsabilidade de cada um, o facto de existirem duas Direções (CO) para uma Secção (CTER) é gerador de conflitualidades, (...).	
E11	Parece-me que será adequada a criação de equipas ao nível do CTER, sob comando do Oficial de Informações e dependência técnica da DI. A vantagem que poderemos tirar será a centralização, na eventual estrutura de informações, dos meios de recolha de informações, tendo assim uma capacidade de visualização “holística” de todo o CTER. As dificuldades à partida estarão com a disponibilização de meios, uma vez que com a implementação de uma nova estrutura a alocação de meios.	E2
E12	(...) a Guarda deveria apostar na rentabilização dos meios existentes ao nível do DTER/CTER, aos quais se deverá dar formação e treino na obtenção de informação com base na pesquisa HUMINT, no âmbito da sua atividade diária, sob a coordenação técnica da DI/CO. Por outro lado, e tendo em consideração a mudança do paradigma, a Guarda através da DI e do CDF, deveriam incrementar no plano de formação base dos militares da Guarda (Guardas, Sargentos e Oficiais), no que à área de informações diz respeito (...). Ainda assim, será indispensável que a Guarda esteja dotada de sistemas/ferramentas informáticas que sejam intuitivas e de fácil utilização para o registo, consulta e processamento da informação recolhida. Neste caso, de salientar o módulo notícias do SIIOP-P que veio ajudar, porém com muita margem para melhorar, mas efetivamente a existência de uma APP para telemóveis e tablet android, que os militares pudessem utilizar para registar informação a qualquer momento, julgo que seria uma ferramenta com grande aderência por parte de todo o dispositivo da Guarda.	E4
E13	A ideal seria uma estrutura de Informações, constituída por células autónomas, à semelhança da estrutura da IC e estrutura SEPNA. (...) A estrutura de Informações poderia ser autonomizada até ao nível CTER. As SOTRP passariam a ter uma SubSec de Informações (recrutamento inicial seria de pelo menos 2 militares de cada NAIIC – Ideal 1/5), que seriam especializados em pesquisas OSINT e sistematização da informação colhida pelas células HUMINT e dos mais diversos sistemas de informações (bases de dados da GNR e de terceiros). Seriam capacitados para a produção de análise/relatórios de elevada complexidade. As células de Informações nos escalões abaixo, seriam em sobreposição – acumulação funcional - com o dispositivo territorial e não com a IC. (...) Paralelamente, desenvolver-se-iam muito mais “antenas” no dispositivo, com militares formados e motivados para a recolha de Informações. Em suma, manter-se-iam os militares da IC como fonte de Informações, tal como atualmente acontece, e aumentar-se-iam o número de órgãos produtores de Informações, através da definição de células de Informações no dispositivo, em acumulação funcional, devidamente formados e capacitados para a missão. A SubSec de Informações do CTER seria o primeiro órgão com capacidade técnica elevada para tratamento e processamento de Informações. As suas principais fontes e ferramentas seriam os sistemas (institucionais, OSINT, etc.), mas em especial a rede de operacionais das Informações que seria criada no dispositivo (Células de Informações), com a dimensão adaptada às necessidades de cada ZA. (...)	E2
E14	Alterações: Implementação local, com equipas especializadas e autónomas ao nível dos DTER integradas nas equipas SPC-PC, sob comando direto do Cmdt DTER e dependência técnica da DI/CO, e com formação adequada. Vantagens: Rentabilização do conhecimento já adquirido pelas equipas SPC-PC em fontes HUMINT; Versatilidade em realizar ações à civil e fardados, mediante as necessidades e à fonte HUMINT	E1



	em questão; Rentabilização de meios já existentes ao nível do DTer/CTer. Dificuldades: Meios humanos e materiais; Coordenação técnica da atividade; Formação específica.	
E15	A modalidade mais adequada é a rentabilização dos meios existentes ao nível do DTer/CTer, para a realização de ações de pesquisa HUMINT, sempre que tido por necessário, por iniciativa do Cmdt de Sub Unidade e/ou de Unidade. A principal vantagem desta modalidade é a utilização de todo o efetivo, da atual organização, para a recolha de informações sendo que, a principal dificuldade, é a sensibilização de todos os militares para esta necessidade, uma vez que esta característica se foi desvanecendo ao longo dos últimos anos.	E3
E16	(...) o modelo atual está adequado a realidade do CTer (...) Uma equipa ao Nível da SIIC no comando direto do Chefe da SIIC e que responde as necessidades da DI e da DIC. (...) a grande vantagem na questão da recolha de informação HUMINT é cada militar saber que é uma antena e que deve recolher informação e saber onde a depositar para posteriormente alguém tratar. Aí sim poderá entrar uma equipa mais específica e vocacionada para continuar o trabalho	E3
E17	Implementação local, com equipas especializadas e autónomas ao nível do CTer, sob comando direto do Chefe da SOTRP/CTer e dependência técnica da DI/CO. Rentabilização dos meios existentes ao nível do DTer/CTer, aos quais se deverá dar formação e treino na obtenção de informação com base na pesquisa HUMINT, no âmbito da sua atividade diária, sob a coordenação técnica da DI/CO.	E2
E18	(...) é importante que os elementos que executam o policiamento de proximidade apresentem uma cultura de recolha de informação que lhes permita conhecer melhor a sua área de responsabilidade. Assim, no que concerne à recolha de informação através da HUMIT, (...) não se justifica a implementação de uma equipa dedicada em exclusivo, a não ser em casos específicos e pontuais de acordo com um determinado tipo de investigações. Deste modo, seria mais pertinente e eficiente, apostar numa cultura e formação dos efetivos que executam o policiamento de proximidade, por forma a que executem melhor e mais eficientemente a recolha de informação no âmbito da sua atividade. (...) existem mais vantagens na aposta em atividades formativas, do que na criação de estruturas específicas, que possibilitará incrementar uma maior e melhor qualidade da informação. (...) Como desvantagem é a necessidade premente de (...) mais elementos com a responsabilidade de tratar a informação oriunda das fontes de informação (...).	E4